

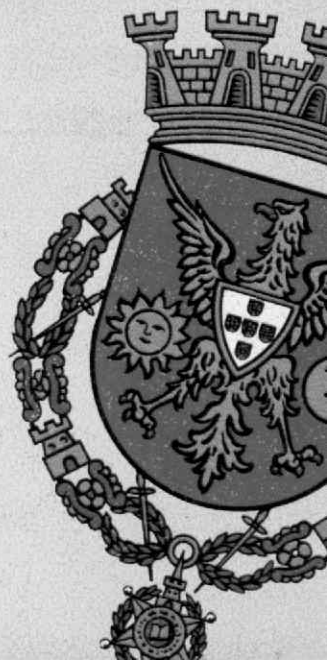
Boletim Municipal DE CULTURA

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

bioRRIA



ANO . XVI
Nº 31-32



FL
908
141

ADQUIRIDO NA:
Livreria Municipal de Aveiro
Av. Santa Joana, 8 • 3810 Aveiro
www.bib-aveiro.rcts.pt/livraria.municipal/
Tel. 234 406 483

ABERTURA

Boletim
Municipal
DE
CULTURA
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
bibRIA



FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO



BIBLIOTECA
municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

OFERTA



ANO . XVI
Nº 31-32

bibRIA

ABERTURA



Foi durante os últimos anos do regime político da Ditadura, emergido da revolução de 1926, que se realizaram na Cidade de Aveiro os três congressos republicanos ou de oposição democrática; cada um deles agrupou muitas centenas de pessoas de várias tendências ideológicas, discordantes da situação vigente. Na altura de todos os congressos – não é demais repetir – exercia as funções de governador civil do nosso Distrito o Dr. Francisco do Vale Guimarães, conhecido aveirense, dotado de profundo sentido humano, de vincada personalidade e de espírito tolerante, tão ao jeito dos nossos sentimentos. A finalidade de tais iniciativas consistiu na análise e discussão de problemas e estruturas nacionais; concomitantemente, apontaram-se caminhos para um futuro próximo, à margem das instituições dominantes no País.

Após os dois primeiros, em 1957 e 1969, decorreu o terceiro congresso, que teve início no dia 4 de Abril de 1973 e se prolongou até ao dia 8. Num programa recheado e rico, houve comunicações sobre o desenvolvimento económico e social, a estrutura e a transformação das relações de trabalho, a segurança social e a saúde, o urbanismo e a habitação, a educação e a juventude, o desenvolvimento regional e a administração local, os direitos humanos e a organização do Estado, a situação e as perspectivas políticas no plano nacional e internacional.

Na ocasião deste congresso, o ambiente político-social já fazia prever mudanças fundamentais nas estruturas da Nação; e, de facto, assim iria acontecer. Na madrugada de 25 de Abril de 1974, eclodiu a "Revolução dos Cravos", de que resultou a queda do regime autoritário e se franquearam as portas à Democracia.

Foi precisamente a data deste congresso, pela sua importância na história recente do País, que motivou a comemoração solene dos vinte e cinco anos, em 4 de Abril. Muito nos confortou a presença e a participação do Senhor Presidente da República que, além disso, quis gratificar a Cidade de Aveiro com a Ordem da Liberdade.

Porque o acontecimento festivo não podia, de forma nenhuma, ficar sem registo, dedicamos-lhe a presente edição do *Boletim Municipal de Cultura*, com a publicação das diversas intervenções públicas.

O Vereador do Pelouro da Cultura,
Jaime Borges



SUMÁRIO

- Abertura – 3
- Aveiro – “Pátria da Liberdade” – 5
 - Firmes e unidos em defesa da Liberdade e da Democracia – 6
 - Quem não se honra do seu passado nada espera do futuro – 9
 - Os Congressos de Aveiro nas dinâmicas da oposição ao Estado Novo – 12
 - A liberdade de hoje, como ontem, é um combate universal – 30
 - A Cidade de Aveiro... Pátria da Liberdade – 35
- Nota Final – 39



BOLETIM MUNICIPAL DE CULTURA

Edição e Propriedade: CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
Direção: VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Coordenação e Supervisão: JOÃO GONÇALVES GASPAR
Arranjo Gráfico: JEREMIAS BANDARRA
Execução Gráfica: G. C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Depósito Legal n.º 136299/99
ISSN: 0873-335X
Tiragem: 1000 Ex.
Periodicidade: SEMESTRAL

AVEIRO

"PÁTRIA DA LIBERDADE"



N a tarde do dia 4 de Abril de 1998, durante as comemorações do vigésimo quinto aniversário do III Congresso da Oposição Democrática, o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, entregou à Cidade de Aveiro, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, as insígnias do grau de membro honorário da Ordem da Liberdade, que ficarão para sempre na sua bandeira e no coração dos aveirenses.

A sessão solene, presidida pelo Chefe do Estado, que classificou Aveiro como "Pátria da Liberdade", realizou-se no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos, completamente repleto, onde se encontravam também altas figuras não só do Distrito e dos seus Municípios, mas também de Órgãos do Governo Central. Tomaram ainda lugar na Mesa o Dr. Alberto Souto de Miranda, o Dr. António Manuel Neto Brandão (Presidente da Comissão Executiva das Comemorações), o Dr. Antero Gaspar de Paiva Vieira (Governador Civil do Distrito), o Dr. Carlos Manuel da Costa Candal (Deputado Europeu), o Dr. Flávio

Ferreira Sardo, o Dr. Joaquim Calheiros da Silveira, António Regala e o Prof. Doutor José Manuel Tengarrinha.

No decorrer da sessão, discursaram o Dr. António Manuel Neto Brandão, o Prof. Dr. José Manuel Tengarrinha e o Dr. Alberto Souto de Miranda; encerrou o Dr. Jorge Sampaio. Finalmente, o Coral Polifónico de Aveiro, que havia desempenhado uma breve actuação musical, entoou o hino nacional, acompanhado de pé por todos os presentes, tanto da Mesa como da assistência.

Antes desta cerimónia, realizou-se uma romagem à campa do Dr. Mário Sacramento, a qual juntou muitas personalidades e cidadãos anónimos; aí, o Dr. Flávio Sardo proferiu algumas palavras. Imediatamente a seguir, foram descerradas as lápides toponímicas indicativas da efeméride, onde se lê: – "Avenida dos Congressos da Oposição Democrática 1957/1959/1973".

O *Boletim Municipal de Cultura* honra-se em dar à estampa os diversos discursos proferidos, para os colocar na mão dos aveirenses e dos leitores.

FIRMES E UNIDOS EM DEFESA DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA

DR. FLÁVIO SARDO

Senhores Congressistas Aveirenses

Estamos hoje aqui a cumprir o dever cívico que nos propusemos há 25 anos e que nos foi vedado pela violência dos verdugos do regime de opressão que então nos amarfanhava.

Estamos aqui, talvez tardiamente, no cumprimento do compromisso que assumimos de revivificar as nossas consciências com a prestação da homenagem aos nossos mortos, que então nos fora barrada de forma violenta.

Estamos aqui, irmanados no mesmo sentimento que nos uniu em 8 de Abril de 1973, dispostos a afrontar o despotismo e a prepotência, em defesa das liberdades democráticas.

Estamos aqui para asseverarmos a convicção que nos domina, de que não estamos arrependidos de termos lutado pelo fim da guerra colonial, pela independência das colónias e pela criação e consolidação dos novos países, nossos irmãos, de língua portuguesa.

Estamos aqui hoje, também, para nos congratularmos com as conquistas irreversíveis do 25 de Abril – esse glorioso e patriótico Movimento das Forças Armadas que restituiu a Portugal o ar da liberdade – e para assumirmos o compromisso de, agora como dantes, lutarmos com todas as forças que ainda nos assistem, na defesa dos ideais democráticos.

Estamos aqui, finalmente, para prestarmos a homenagem devida a todos aqueles que lutaram, sofreram e morreram pela causa da liberdade.

Consumada que fora a «livre expressão do pensamento e das opiniões» consagrada na Decla-



Junto ao Monumento aos Mártires da Liberdade, no Cemitério Central

ração dos Direitos do Homem de 26 de Agosto de 1789, o chamamento à liberdade – diríamos mesmo, à libertação – começava a difundir-se de forma avassaladora, assumindo forte expressão em Portugal, nos movimentos revolucionários de 1820 e 1828, depois continuados em 1838 e 1891.

Foi do Porto, esse eterno bastião da Liberdade, que foi levantado o grito dos revoltosos de 16 de Maio de 1828, a ele se juntando, de forma crucial e decisiva, as vozes impolutas dos revoltosos de Aveiro:

- Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima
- Francisco Silvério Carvalho Magalhães Serrão
- Clemente Melo Soares de Freitas
- Manuel Luís Nogueira
- Clemente Morais Sarmento e
- João Henriques Fenteira

a quem foram arrancadas as vidas, em holocausto pela causa da liberdade por que haviam lutado.



No intuito de servir a Liberdade – e, se necessário, por ela morrer – formara-se em Aveiro um batalhão de voluntários, ao que fora decisivo o ânimo rijo e ardente do honrado Desembargador Joaquim José de Queirós, aqui de Verdemilho, a dois passos de Aveiro, e que viria a ser avô do escritor Eça de Queirós.

A sucumbência da revolta ditava, porém, o fim dos halos de libertação e o extermínio implacável dos seus condutores.

O ignominioso Tribunal da Alçada do Porto, porta-voz dos ódios implacáveis de Carlota Joaquina, condenaria Joaquim José de Queirós a que,

(...)

«com baraço e pregão fosse conduzido pelas ruas públicas da cidade do Porto e que num alto cadafalso, que ali seria levantado, de modo que o seu castigo fosse visto pelo povo (...) morresse de morte natural de garrote, e depois de lhe ser decepada a cabeça, fosse o mesmo cadafalso com o seu corpo reduzido pelo fogo a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que dele e de sua memória não houvesse mais notícia».

Mas, se o honrado cidadão Desembargador Joaquim José Queirós, por protecção do destino, conseguiu furtar-

-se a tão nefanda execução, outros viriam a pagar com a vida, de forma atroz, o seu amor à Liberdade.

Aos nossos, aos de Aveiro, eternizados neste Monumento junto ao qual nos encontramos, couberam ser espetadas em postes, em frente das suas casas, as cabeças de Gravito, Francisco Silvério de Carvalho, Manuel Luís Nogueira e, tempos depois, a de Clemente Morais Sarmiento.

Segundo esclarece Marques Gomes, in «Portugal Contemporâneo», os algozes faziam gáudio em apresentar à população um espectáculo lúgubre, tétrico e confrangedor.

(...)

«Subiam as escadas; a meia altura o carrasco tapava a cabeça ao desgraçado vestindo-lhe o capuz branco, pendente nas costas, atava-lhe os pés... rápido! Passa-lhe o nó na garganta, enrolada a corda na trave da forca...».

(...)

«Não era mister que os tambores rufassem, porque os clérigos rufavam o seu canto chão – «De profundis clamavi ad te Domine...» e a plebe nas ruas e as senhoras nas janelas soltavam aclamações».

Porém, aqui, em Aveiro, os nossos mártires foram honrados e dignificados pelas populações.

Em sinal de luto, fecharam-se as janelas e as portas das casas.

E ainda segundo nos refere Marques Gomes:

«[...] as autoridades a quem tocava dar cumprimento àquela ordem (a de serem espetadas as cabeças dos justicados em postes) viram-se em sérios embaraços, pela dificuldade de encontrar quem fornecesse os postes e os colocasse nos locais mencionados» (...).

«Só com a prisão de lavradores do lugar de Azurva foi possível obrigá-los a trazer os pinheiros necessários».

Mas os nossos Mártires da Liberdade, tal como na vida, também foram dignos na morte.

Da carta de Francisco Manuel Gravito da Veiga Lima, escrita a sua filha, na véspera de ser enforcada, impõe-se-nos destacar este hino profundo à dignidade e honradez:

(...)



«Muito desejo te conserves sem alguma outra relação social, para não empenhares teu coração na sorte de um outro homem, em que se puna, como em mim, a virtude, e ponha a tua em lances amargurados.

Se, porém, outro for o teu destino, te rogo que prefiras um homem dos sentimentos e dos princípios do

teu pai, na certeza de que nem estes, nem o patíbulo em que vou terminar os meus dias, podem servir-te de opróbrio».

Homenageemos, pois, nestes nossos Mártires de 1828, todos os Homens Livres do mundo que perderam a vida pela causa da Liberdade.

Mas deixemos aqui também uma sentida mensagem de saudade e veneração pelos que conosco lutaram, afrontando e combatendo a fera fascista sem tergiversações, arrostando perseguições, torturas e privações, roubadas ao seio dos seus familiares, humilhados e ofendidos.

Curvemo-nos também, aqui e agora, perante os nossos companheiros de jornada Mário Sacramento – o verdadeiro pai dos Congressos – Álvaro Seiça Neves, João Sarabando, Manuel Andrade, saudosos amigos já desaparecidos e todos os demais democratas que tanto de si deram à causa da Liberdade.

Mas saudemos, sobremaneira, a memória do nosso ainda jovem companheiro Mário Rodrigues, generoso lutador e activista das causas nobres e dignas, irmão conosco na Comissão Executiva do 3.º Congresso da Oposição Democrática e conosco entusiasta na Comissão promotora destas comemorações que, malogradamente, foi a enterrar há dois dias.

Perante a sua generosidade, dediquemos-lhe uns momentos de silêncio e reflexão.

Senhores Congressistas Aveirenses

Se não antes, assumimos hoje, aqui, o compromisso perante nós mesmos, de nos mantermos fiéis e coesos na defesa da causa da Liberdade.

A democracia está consolidada e as liberdades fundamentais encontram-se institucionalizadas, no nosso País. Não se imporá, por certo, às nossas consciências, a promoção do 4.º Congresso da Oposição Democrática.

Mas se, por um revés da história, tal viesse a acontecer, nós, os de Aveiro – os que aqui estamos, e também os que já partiram – apresentar-nos-emos firmes e unidos em defesa da Liberdade e da Democracia.

Como um dia disse Mário Sacramento:

«[...] um democrata não «morre», no sentido inerte da palavra: quando sucumbe, transmite o facho – e perdura nele».

QUEM NÃO SE HONRA DO SEU PASSADO NADA ESPERA DO FUTURO

DR. ANTÓNIO NETO BRANDÃO

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Senhor Governador Civil
Senhor Prof. Doutor José Tengarrinha
Companheiros da Comissão Organizadora das
Comemorações
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Há 25 anos atrás foi esta cidade de Aveiro palco de uma grande e histórica jornada de luta anti-fascista – o 3º Congresso da Oposição Democrática.

Concebido a priori com a finalidade de elaborar um diagnóstico crítico da realidade portuguesa, de

dinamizar a actividade democrática por todo o país e de definir as linhas de actuação democrática, tal iniciativa não só logrou atingir os objectivos que se propusera como veio a constituir, pela ampla participação popular conseguida, pelas repercussões a nível nacional e internacional resultantes, um marco indelével na longa e penosa caminhada do povo português em prol da sua libertação.

Na verdade, as mais de 200 teses apresentadas sobre temas tão diversos como complexos que iam desde o desenvolvimento económico e social, ao urbanismo e habitação, passando pela educação, cultura, juventude, segurança social e saúde, estrutura e transformação das relações de trabalho, organização do estado e direitos do homem, política internacional, etc., etc. – fruto do estudo, da reflexão e do empenho de centenas de intelectuais e trabalhadores que ao longo de meses, por todo o país, deram o melhor de si próprios e do seu esforço, constituíram um dos mais sérios contributos que as forças democráticas, durante décadas de ditadura, deram para a equação dos males e dos erros de que padecia a sociedade portuguesa.

Tudo isto se fez sem alardes, superando, por vezes de forma estóica, dificuldades e limitações da mais



variada índole, desde a perseguição e repressão policiais, à escassez de meios, na convicção serena de que se estavam paulatinamente a construir as bases para a edificação do Portugal livre e democrático.

O que movia os democratas que se propuseram e lograram tão ingente tarefa não era a expectativa imediatista da conquista do poder ou muito menos qualquer veleidade de obtenção de benefícios a nível pessoal.

Não os movia qualquer pervertida e (ao tempo) absurda conjectura de carreirismo político. Não. Era antes a pura, generosa e desinteressada entrega à causa nobre da emancipação de um povo, a construção de uma sociedade justa e fraterna, objectivos que hoje a mais deletéria demagogia neo-liberal pretende atirar para o sótão das inutilidades como coisas imprestáveis e obsoletas.

E se hoje invocamos esse acontecimento é porque pensamos que muito embora a estruturação de um estado de direito democrático seja uma consoladora realidade – graças a esse momento imorredouro da nossa história recente que foi o 25 de Abril – não é menos verdade que muito do que idealizamos e sonhamos se acha por cumprir.

Pensamos que o assinalar de forma solene o 25º Aniversário do 3º Congresso para além do natural intuito de festejar um acontecimento que é muito caro a todos quantos nele tiveram ensejo de participar – quem não se honra do seu passado nada espera do futuro – tem ainda a intenção de contribuir para consciencializar as pessoas de que as carências, as injustiças que ainda afectam os portugueses, só podem ser resolvidas pelos próprios, assumindo uma postura de dignidade e de luta intransigente contra os abusos, as prepotências, o conformismo. E também o

de chamar a atenção das camadas mais jovens da população para aquilo em que consistia o quotidiano do regime fascista com o seu cortejo de grandes e pequenas misérias, de grandes e pequenos crimes.

Quem, como os jovens de hoje, acha a liberdade tão natural como o ar que se respira, tem dificuldade em imaginar sequer como durante o fascismo o medo inibia as pessoas e atrofiava e estiolava o pensamento; que o simples acesso a determinados livros, discos ou filmes era sistematicamente vedado.

É isto que jamais queremos que volte. Mas para que tal não suceda é bom que não se esqueça esse passado.

Para alguns distraídos parecerá extemporânea esta referência ao perigo fascista quando Portugal é uma democracia política estabilizada com as suas instituições a funcionar regularmente, sem conflitos internos ou sequer agitação social relevante. Só que a própria aparência da normalidade esconde por vezes alguns afloramentos de conflitos de carácter racista e social que, a não serem combatidos ou esvaziados, podem vir a constituir o húmus onde a planta daninha pode enraizar e crescer.

Minhas Senhoras e Meus Senhores



A Organização do 3º Congresso da Oposição Democrática em 1973, fruto do esforço esclarecido de centenas de democratas espalhados por todo o país, e cuja contribuição foi decisiva para o êxito alcançado, foi, na sua fase inicial e depois na sua própria estruturação organizativa, obra de um reduzido número de pessoas que, eleitas em plenário de democratas, vieram a constituir a comissão executiva de Aveiro.

Desse gupo inicial – 9 no seu todo – já partiram Álvaro de Seíça Neves, João Sarabando, Manuel de Andrade e, há 3 dias apenas, o mais novo de todos, o jornalista Mário Bastos Rodrigues que conosco, os membros sobrevividos dessa comissão executiva, assumiu a incumbência de levar por diante as comemorações do 25º Aniversário do 3º Congresso da Oposição Democrática.

No momento em que celebramos esta data justo é recordar o papel relevante que eles tiveram no seu arranque e consolidação, especialmente Álvaro de Seíça Neves, quando já corroído por terrível doença, liderava, com entusiasmo inexcedível, os trabalhos preparatórios e assumiu sempre com impressionante determinação – que galvanizava todos os que com ele privavam, a primeira linha do combate à ditadura. E, se Mário Sacramento, essa figura insigne de democrata e homem de letras, foi o carismático impulsor do 1º e 2º Congressos Republicanos, Álvaro de Seíça Neves foi o dinamizador e principal dirigente da organização do 3º Congresso.

Em memória desses companheiros, e especialmente de Mário Bastos Rodrigues – exemplo de coerência, de coragem e de inteligência – peço a todos um minuto de silêncio.

Senhor Presidente da República

A presença de V. Exa. nesta cerimónia demonstra bem a atenção que V. Exa. dispensa a todas as manifestações cívicas que exaltem e promovam os valores pelos quais se bateu desde jovem estudante e ao longo de toda a sua vida e que são comuns a todos os democratas – a liberdade, a democracia política, económica e social, o pluralismo, a fraternidade.

O saber que na Presidência da República está alguém que perfilha os ideais pelos quais se bateram ao longo das suas existências e muitos outros sacrificaram vidas, bens e liberdade, é para os democratas



O Presidente da República
e o Dr. Neto Brandão

reconfortante certeza de que os caminhos que Abril abriu se mantêm livres de escolhos e de embustes.

A presença de V. Exa. entre nós é uma grande e inesquecível honra para todos e para a cidade. Bem haja, Senhor Presidente.

Minhas Senhoras
e Meus Senhores

A Organização das Cerimónias
Comemorativas do 25º Ani-

versário do 3º Congresso da Oposição Democrática – iniciativa, como já referi, dos membros sobrevividos da comissão executiva do próprio congresso – apesar da sua modéstia, não poderia ser concretizada sem o apoio e a ajuda de algumas entidades oficiais.

Agora que os ventos mudaram e a cidade se reencontrou com as suas melhores tradições liberais e de progresso, foi possível à Câmara Municipal de Aveiro dar um inexcedível apoio à nossa iniciativa, facultando não só a utilização do Centro Cultural e de Congressos, como disponibilizando os meios humanos e materiais necessários. Mas a Câmara Municipal de Aveiro não se ficou por aqui. Em atitude que comovidamente registamos, por proposta do seu Presidente, deliberou dar o nome de “Avenida dos Congressos da Oposição Democrática” a uma das artérias da cidade, o que mostra bem do reconhecimento pela autarquia da importância que os congressos tiveram para a cidade de Aveiro.

Bem haja, pois, senhor Presidente da Câmara Municipal.

Igualmente queremos agradecer ao Senhor Ministro da Cultura e ao Senhor Governador Civil de Aveiro o apoio e ajuda que nos deram e que nos permitiu oferecer a todos os aveirenses a exposição documental denominada “Oposições”, produzida e montada pelo Centro de Documentação “25 de Abril” da Universidade de Coimbra, e que estará aberta ao público até ao dia 15 de Abril. Bem haja, pois, a todos.

OS CONGRESSOS DE AVEIRO NAS DINÂMICAS DA OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO

PROF. JOSÉ TENGARRINHA

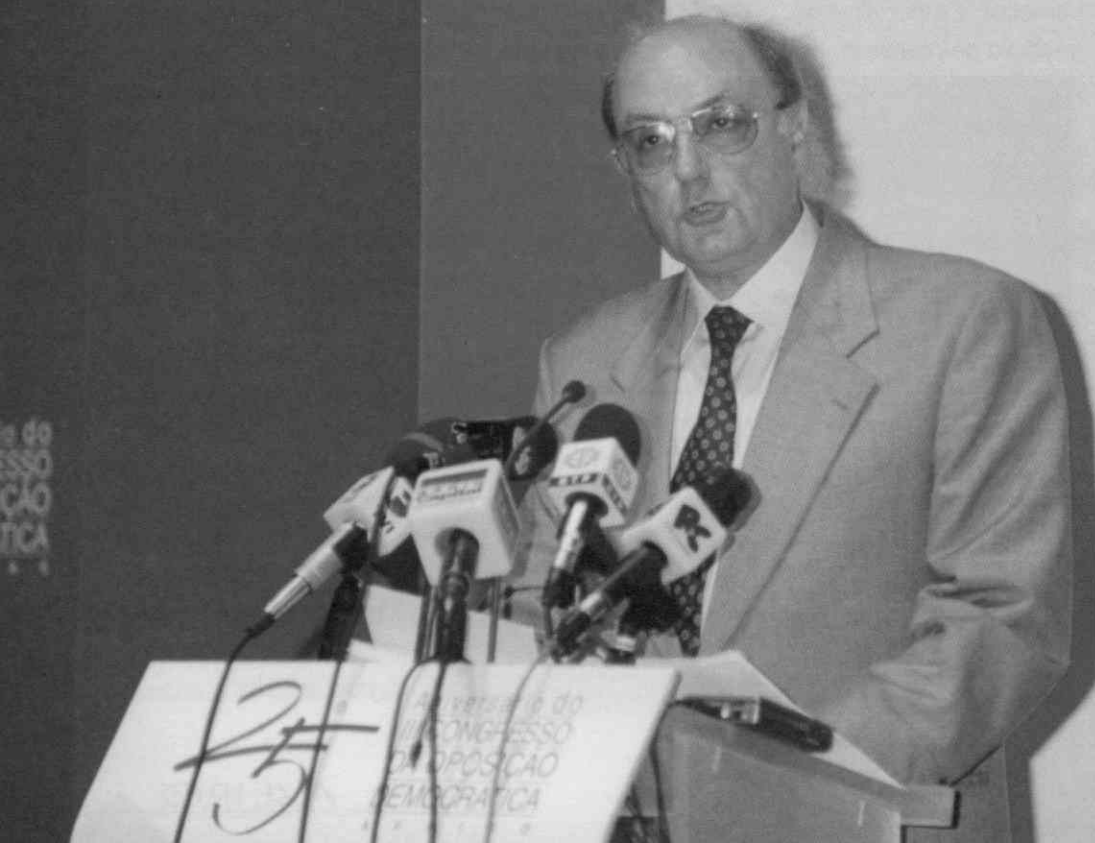
Aveiro era então conhecida por "a Cidade dos Congressos". Designação não apenas usada entre os democratas, mas que os aveirenses de todos os credos políticos aceitavam com orgulho. Porque tinha esta singularidade de nela se terem realizado três magnas reuniões dos oposicionistas demo-

cratas ao Estado Novo: o "I Congresso Republicano", em 1957; o "II Congresso Republicano", em 1969; e o "III Congresso da Oposição Democrática", em 1973.

Mas porquê Aveiro?

Havia razões locais e circunstanciais óbvias, como a de as autoridades distritais e concelhias terem tido

bibRIA



frequentemente uma atitude menos agressiva do que a habitual para com a Oposição e até se revestirem, por vezes, de algum verniz liberalizante.

Mas havia também outras razões, sem dúvida mais fundas.

Em primeiro lugar, tinham a ver com a existência de um grupo relativamente numeroso de democratas na cidade e no distrito que eram o motor das iniciativas. Reuniam condições singulares. Para além da sua lucidez e invulgar cultura política, sempre mostraram uma característica marcante: tolerantes no relacionamento entre si e, para além dos diferentes campos político-ideológicos em que se situavam, era neles dominante a preocupação de unidade na acção contra o fascismo.

Bastará recordar os nomes de Mário Sacramento, Álvaro Seiça Neves, João Sarabando, entre outros, para configurar a invulgar envergadura política e humana desses homens. E o seu comportamento era tanto mais notável quanto divergia do que em geral ocorria no País. Com efeito, a história da oposição ao Estado Novo, sobretudo após o desencadeamento da "guerra fria", em finais da década de 1940, foi duramente marcada por desunião e conflitos entre os diferentes sectores oposicionistas, só interrompidos por episódicas alianças, normalmente de carácter eleitoral. Ao contrário, os democratas de Aveiro, pela sua formação profundamente humanista e tolerante e a sua capacidade política para ver em cada momento o que era essencial, davam um exemplo contrastante de unidade construtiva e duradoura.

Mas havia ainda outras razões, digamos estruturais, que se prendiam com a formação predominantemente liberal das suas gentes: uma certa temperança e equilíbrio de comportamentos, num corpo central de ideias inequivocamente anti-autoritário. Era essa atmosfera que se respirava na cidade e numa boa parte do distrito, em relação recíproca de influência com o esclarecido grupo de democratas.

Sem esforço, podemos relacionar este fenómeno com o passado de lutas pela liberdade em, que a história de Aveiro é tão rica.

UMA TRADIÇÃO VIVA DE LIBERDADE

É, sem dúvida, facto de cultura da maior importância que um país, uma região, uma cidade

preservem valores do seu passado não como coisas inertes, de museu, mas como coisas vivas em permanente renovação, como o próprio presente em que se projectam. Constituem, desta maneira, factores de inesgotável e permanente enriquecimento espiritual da vida colectiva. Inspiramo-nos aqui na lição de um homem notável, o historiador Jaime Cortesão, que nasceu bem perto, no concelho de Cantanhede.

E ainda mais eficazmente esses valores se projectam quando aos factos dispersos é possível dar unidade, construir um modelo, isto é um conjunto que se singularize pela natureza e organização dos elementos que o constituem e contenha algum valor exemplar. Temos visto, ao longo da nossa história e da de outros povos, como tais modelos podem ser postos ao serviço de diferentes objectivos circunstanciais: tentar legitimar permanências ou, ao contrário, justificar mudanças, procurar fundamentar autoritarismos ou, ao contrário, fomentar princípios de liberdade e de justiça.

Na perspectiva do historiador, a questão interessa sob dois ângulos principais: por um lado, no plano da psicologia colectiva, conhecer o real efeito desses modelos como instrumentos ideológicos e a que se deve a sua maior ou menor eficácia; por outro, que razões objectivas e subjectivas, na realidade social, sustentam os modelos quando duráveis.

Se admitirmos ser legítimo conferir a um determinado espaço geográfico certa identidade política a partir de um conjunto coerente de valores predominantes e persistentes, então teremos de enfrentar várias interrogações, não cómodas nem fáceis, como saber em que medida o todo social absorve e recria a emissão dos chamados "grupos privilegiados"; em que medida a memória colectiva, a tradição, podem ter influência importante, mesmo decisiva, e possuir a sua dinâmica própria; em que medida, ao mesmo tempo, a persistência de certas condições sociais concretas gera processos com dinâmicas idênticas que reformulam essa identidade; ou em que medida se verificará um fenómeno que poderemos denominar de "distorção", que faz que uma forma correspondente no tempo a um facto social determinado não esteja em relação directa de causa e efeito com este estado social, podendo ser filiada numa outra forma anterior que correspondia, ela própria, a um facto social anterior.

Vem isto a propósito dessa afeição entranhada pela liberdade que antes do 25 de Abril se vivia em Aveiro. E a sua radicação numa persistente tradição de luta contra todas as formas de autoritarismo e opressão desde tempos longínquos.

Recuando apenas até ao século XVIII, verifica-se a importância que teve esta região, a exemplo de todo o Centro Litoral, como palco principal das lutas anti-senhoriais no final do Antigo Regime. Aqui tinham domínios alguns dos mais poderosos donatários da Coroa, laicos e eclesiásticos, que faziam sentir muito pesadamente a opressão senhorial.

Esta conflitualidade anti-senhorial vai estar na base da formação ideológica de alguns dos mais destacados dirigentes liberais. Saliente-se, entre outros, o próprio patriarca da Revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, testemunha presencial destes acontecimentos nos distritos de Coimbra e Aveiro.

É também este mundo denso de tensões e conflitos que em grande medida vai inspirar o movimento de pré-reforma desde o último quartel do século XVIII e o prolongado debate político-jurídico do início do século XIX. Ele mostrará a inviabilidade da auto-reforma do Regime Absoluto, a inevitabilidade da Revolução.

Desde os inícios do século XIX, verificamos um protagonismo relativamente saliente da cidade e da região no processo de instalação e de desenvolvimento da sociedade liberal no nosso país.

Já quando das Invasões Francesas, o movimento restaurador que se desencadeou em Aveiro, em 22 de Junho de 1808, não encontrou dificuldades semelhantes às de outros pontos do País. Houve geral aceitação do povo, ao lado da nobreza e de outros grandes da cidade. A Junta, constituída sob a presidência do bispo, exerceu mando incontestado sobre a zona em redor. A restauração não teve, aqui, o carácter de luta religiosa e social como em outros locais. Assaltos a armazéns pelos populares teriam ficado a dever-se, apenas, a carências agudas de géneros essenciais.

Poucos anos depois, a cidade e a região iriam acolher favoravelmente o pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820 e a instalação do regime liberal. Essa concordância manteve-se quase sem interrupção, não havendo notícia, como em tantas outras partes, de apoios significativos a movimentos absolutistas.

Dispomos mesmo de uma base de apreciação muito segura que é o movimento peticionário às Cortes liberais em 1821-1823 que nos dá conta de uma estreita ligação desta região ao novo regime. As reformas vintistas no sentido da redução das cargas dos forais e abolição ou diminuição de certos direitos senhoriais têm nesta região, sem dúvida, uma das principais beneficiárias. Não surpreende, pois, que inúmeros factos testemunhem o seu apego ao regime liberal. A investigação nos papéis da Polícia mostra mesmo ter sido de Aveiro que partiram muitas das proclamações liberais clandestinas que se espalharam pelas províncias do Norte em 1825.

Também entre os factos mais significativos, a rapidez com que se propagaram na região de Aveiro os apoios à revolução anti-miguelista de 1828, a partir de localidades onde, precisamente até aí, havia sido mais dura a luta contra a opressão senhorial.

Com efeito, foi em Aveiro que se levantou primeiro, em 16 de Maio de 1828, a revolta contra o absolutismo, instaurado poucos dias antes. Haverá a corrigir a ideia generalizada de que na origem teria estado uma acção militar que se propagou ao Porto: na verdade, a revolução foi suportada por cerca de 6 dezenas de civis, a que a maior parte dos oficiais do Batalhão de Caçadores 10 deu apoio. Entre as 10 000 pessoas que então foram pronunciadas devido às revoltas anti-absolutistas em todo o País, a região de Aveiro foi especialmente atingida: eram daqui 6 dos 10 enforcados no Porto, tendo sido as suas cabeças espetadas em postes nesta cidade e arredores, até em frente das casas dos pais das vítimas.

Durante o regime miguelista que se seguiu, os papéis de Polícia mostram também como nesta região, estendendo-se para o distrito de Coimbra, se desencadearam ferozes perseguições a liberais, sendo especialmente notáveis as ocorridas na zona de Arganil.

Mais tarde, já no último quartel de Oitocentos, é sabido como a faixa litoral norte e centro, nomeadamente Aveiro, favoreceu o desenvolvimento da propaganda republicana e apoiou a República, até com algumas manifestações anti-clericais. É este traço de republicanismo democrático que irá ter continuidade num forte movimento pela liberdade durante o regime

fascista, onde se insere a realização dos três congressos oposicionistas.

É, como se vê, um longo percurso, sem discontinuidades, de que destacámos apenas alguns dos factos mais salientes e que apresentam um inequívoco sentido e uma visível articulação.

DINÂMICAS E SUPORTES SOCIAIS

Cremos que para a compreensão deste fenómeno é indispensável darmos a conhecer agora alguma coisa do tecido da sociedade aveirense e das dinâmicas sociais mais relevantes que nela se desenvolveram desde os princípios do século XIX.

Verifica-se que uma importante base social de apoio ao regime liberal é a dos comerciantes relativamente prósperos estabelecidos em Aveiro, com base tanto no comércio interno – sobretudo entre as regiões interiores e a cidade do Porto – como na exportação de produtos desta região. Além de se tratar de uma classe tradicionalmente liberal, tinha especiais razões para estar grata ao novo regime pelo combate que este desencadeou contra certos privilégios da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, nomeadamente quanto à comercialização de vinhos e aguardentes da região demarcada, e que eram motivo de velhas queixas dos comerciantes da cidade e dos agricultores do norte do distrito. De não menor efeito foram a libertação de certos entraves senhoriais ao comércio interno e, ainda, a resposta positiva do governo liberal às pressões dos comerciantes avei-
renses quanto a projectos de beneficiação da barra.

Outro suporte social importante provinha do sector secundário. Desde o último quartel do século XVII, sobretudo, a animação comercial externa e interna

com centro em Aveiro havia estimulado actividades industriais que, a princípio de carácter artesanal e familiar (como os famosos panos que então aqui eram tecidos), se foram independentizando progressivamente do quadro rural e adquirindo alguma maior dimensão. Ora as medidas proteccionistas dos liberais, visando defender a produção nacional, sobretudo da concorrência britânica, acabariam por trazer benefícios aos fabricantes da região que estes não deixaram de apreciar.

É nessa linha que se compreendem, também, os apoios que vai receber aqui o Setembrismo (saído da Revolução de Setembro de 1836, como uma ala esquerda do Liberalismo) que estabelece em Janeiro de 1837 a pauta proteccionista e lança um programa de fomento industrial.

Entre o grupo de industriais que, por isso, apoia o Setembrismo destaca-se José Ferreira Pinto Basto, o fundador da Vista Alegre, fábrica do distrito que já então tinha assinalável projecção, mas que só poderia desenvolver-se mais se beneficiasse de protecção relativamente às apreciadas faianças inglesas que invadiam o nosso mercado. Seria este industrial, amigo da família Coelho de Magalhães, um importante suporte de José Estêvão na sua política setembrista.

E é também a sombra tutelar de José Estêvão que enforma a tradição liberal de Aveiro. Ele, que foi um dos maiores vultos da história da oratória política portuguesa, erguendo-se ao lado de Herculano e Garrett, na literatura, e António Rodrigues Sampaio, no jornalismo, no grupo cimeiro do Romantismo português. Ele, que foi não um académico da oratória, mas o

arreatado transmissor da mensagem de liberdade e justiça, plena de confiança no homem, numa apaixonada efusão do sentimento na palavra e da palavra na acção.

São memórias consagradas em pedra e bronze, como monumentos que fazem parte do quotidiano da cidade. E também memórias vivas, permanentemente recuperadas no confronto com a realidade opressiva do



Drs. Neto Brandão e Carlos Candal

fascismo e não deixando de estimular as atitudes de protesto.

Este rápido quadro poderá permitir-nos compreender as raízes históricas vivas do papel de Aveiro na resistência ao fascismo em Portugal, papel singular que acabou por transformá-la na "Cidade dos Congressos" da Oposição democrática.

OS CONGRESSOS E AS PRINCIPAIS FASES DA OPOSIÇÃO

Participei em todos os congressos.

No primeiro, também na qualidade de jornalista do jornal República, encarregado da cobertura noticiosa. Nos outros com diferentes responsabilidades políticas: quer nas organizações exteriores de suporte e como comunicante quer em alguns dos seus centros de decisão.

Permite-me, assim, reflectir sobre eles simultaneamente na base da experiência pessoal e na perspectiva do historiador. Não se trata de fazer uma história dos congressos de Aveiro, que a tempo agora não permite. Mas de, brevemente, destacar as singularidades e contrastes entre eles e, sobretudo, ver como, de distintas formas e por diferentes caminhos, cada um deles contribuiu para a afirmação democrática contra o fascismo e traçou o caminho da sua derrota.

Partir, pois, não de uma experiência singular e estática, de memória museológica, mas de um sentido colectivo e dinâmico, na perspectiva histórica da luta do povo português pela sua libertação.

É certo que os congressos se realizaram sempre em vésperas das chamadas "eleições" para a Assembleia Nacional e sempre com a justificação de que a Oposição precisava de organizar-se minimamente para poder concorrer ao acto eleitoral. O que Salazar e Caetano desejavam, procurando dar ao mundo a imagem de um país livre.

Mas, além deste traço comum, os Congressos tiveram características, sentidos e papéis históricos diferentes.

Antes de tudo, se atentarmos nas datas em que se realizaram, verificamos a sua coincidência com marcos fundamentais na oposição ao fascismo em Portugal no pós-guerra.

1957: Aumento do isolamento interno do regime com o refluxo do apoio tradicional das camadas médias da população e início de um novo ciclo na unidade democrática, que terá a sua mais forte expressão política nas eleições do general Humberto Delgado, no ano seguinte;

1969: Queda política de Salazar, o que, independentemente das expectativas criadas, lançou a oposição democrática numa nova dinâmica.

1973: Perante um regime isolado interna e externamente, esgotado e sem capacidade de auto-renovação, numa fase final do seu declive para a extinção, pela primeira vez aparece formulada em termos concretos (e não apenas de aspiração) a alternativa democrática.

As datas não são casuais: veja-se que não houve congressos em outros momentos importantes da oposição democrática, como por exemplo em 1949 (eleições presidenciais em que se apresenta pela oposição o general Norton de Matos) ou nas chamadas "eleições" para a Assembleia Nacional em 1953, 1961 e 1965. O que mostra, apesar de todas as limitações políticas da oposição democrática, a sua lucidez e sentido de oportunidade. Na verdade, 1957, 1969 e 1973 correspondem a fases de crise e de viragem do regime e a plataformas da oposição para se reagrupar em torno de novos objectivos de curto ou médio prazo. Os 3 congressos realizados em Aveiro são, pois, expressão dessas fases fundamentais no percurso da oposição democrática ao fascismo após a II Guerra Mundial, desde o final da década de 1940.

O I CONGRESSO REPUBLICANO

Quanto ao I Congresso, em 1957, lembremos algumas das circunstâncias mais marcantes em que se realizou.

A campanha do general Norton de Matos à Presidência da República, em 1949, sob um último impulso das esperanças do pós-guerra, contara ainda com a convergência das várias correntes da oposição. Mas foi muito forte o refluxo pós-eleitoral: desencanto pela falta de condições e de perspectivas políticas, dura repressão sobre as forças intervenientes, desorganiza-

ção e desânimo levaram a que a oposição nem sequer se tivesse disposto a concorrer em todo o País às eleições legislativas desse ano.

Foram terríveis os anos que se seguiram.

Retoma-se mais fortemente o ciclo da "guerra fria" iniciado em princípios de 1947 e que fora momentaneamente detido nas eleições de 1949.

Para Salazar, essa conjuntura internacional dava-lhe condições extremamente favoráveis para poder inverter a fachada de apaziguamento que procurara apresentar após a guerra. Depois de uma fase de hesitações, lança-se decididamente e sem disfarces no agravamento da repressão que culminou, em Março de 1948, na ilegalização formal do MUD e na prisão dos seus dirigentes.

Salazar soube aproveitar habilmente essas circunstâncias propícias que lhe oferecia a "guerra fria".

Internamente, encontrava justificação para atacar, com ferocidade, a mais activa força da oposição, o PCP, que ele acusava de representar, como a URSS, o maior perigo para a civilização ocidental e cristã. Atribuindo aos comunistas os mais diabólicos desígnios, procurava isolá-los da população e do conjunto da oposição. Esta iria perder, assim, a sua dinâmica anterior e capacidade de intervenção. O ditador conseguia um relativo controle da situação interna.

Externamente, a "guerra fria" dava também condições favoráveis ao regime, na década de 50, para consolidar e diversificar o seu relacionamento internacional, tanto no âmbito da NATO como além dela: Portugal, membro fundador da NATO desde 1949, fora aceite em 1955 na ONU e em 1959 integrava-se na EFTA. O regime fascista português contava com a solidariedade ocidental para esmagar todas as aspirações democráticas em nome do combate ao inimigo comunista comum.

A oposição democrática passa assim a organizar-se e a actuar em dois campos bem diferenciados, que entraram a hostilizar-se, por vezes com muita virulência.

No campo da oposição conservadora, agrupavam-se republicanos e socialistas, com estreitas ligações à Maçonaria, retomando a linha do início da década de 1940. Uma das suas preocupações centrais era a aproximação aos aliados democratas ocidentais, onde então já se reconhecia que eram os EUA – e não a



tradicional Grã-Bretanha – que emergiam no pós-guerra como a potência mais influente. Traduzia a excessiva confiança que este sector democrático sempre manifestara nos efeitos da pressão externa sobre o regime fascista.

Noutro campo, o do PCP e seus aliados, trabalhava-se no sentido de forçar a intervenção no plano legal através de organizações que alargassem a sua influência, procurando assim contrariar as tentativas de isolamento político. Desta maneira foram criados o MND (Movimento Nacional Democrático) – com Ruy Luís Gomes, José Morgado, Virgínia Moura – que tentava prosseguir a experiência unitária do MUD dos anos 1940; o MUD Juvenil, já fundado em 1946 e que conheceu então um novo impulso, com novas direcções; e a Comissão Nacional da Paz – com Maria Lamas, António José Saraiva, Manuel Valadares, Júlio Pomar – que chegou a ter, também, notável implantação em todo o País.

Entretanto, o PCP continuava a promover ou influenciar movimentos reivindicativos nos meios rurais, industriais e piscatórios no Alentejo, Ribatejo, Setúbal, Algarve e Porto, que atingiram por vezes considerável expressão. Esta ligação estreita do PCP à realidade e às lutas sociais dava-lhe – e às organizações com que se relacionava – uma perspectiva de combate político mais ampla e consistente, além de uma maior coesão ideológica e organizativa.

Nunca, desde o fim da guerra ao 25 de Abril, a oposição se apresentara tão profundamente dividida.

Assim nos encontrávamos em meados da década de 50.

Os sinais da viragem começam logo em 1956. Para isso, foi necessário que transformações importantes

se tivessem verificado, então, nos campos oposicionistas desavindos.

Do lado do PCP é considerável a influência do XX Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956, onde Krushev defende a não inevitável hostilidade com os países de sistema capitalista, propondo a coexistência pacífica com o Ocidente.

Eram postos em causa, assim, os fundamentos da "guerra fria". E retiravam-se argumentos a Salazar para justificar externamente a sua política autoritária, bem como para dificultar internamente a aproximação entre as forças que se lhe opunham.

Este novo condicionalismo favorece uma maior abertura e flexibilidade na colaboração entre os dois campos. Por parte dos republicanos e socialistas perdiam-se também algumas ilusões sobre a influência democratizante em Portugal das potências aliadas ocidentais. O que corresponde a uma tendência mais acentuada para se virarem para dentro, para a realidade nacional.

As novas condições irão facilitar a colaboração de diversos sectores democráticos em Dezembro de 1956 em comissões preparatórias das chamadas "eleições" para deputados do ano seguinte.

Esta dinâmica irá culminar no I Congresso Republicano de 6 de Outubro de 1957, que representa, assim, a consagração do novo ciclo aberto no processo da unidade democrática. Embora dominado pela oposição republicana tradicional – lembre-se que a sessão inaugural foi presidida pelo Dr. António Luís Gomes, único sobrevivente então do Governo Provisório da República – nele colaboraram oposicionistas de muito diferentes tendências. Foi mesmo secretário-geral do Congresso um intelectual aveirense de grande prestígio nacional, Mário Sacramento, membro do PCP. Do Congresso saíram algumas abordagens interessantes da realidade portuguesa, sendo dominantes as preocupações sobre a liberdade política. Mas, sob a capa de uma reunião tradicional da oposição, não se preparavam apenas as chamadas "eleições" legislativas de 4 de Novembro. Também se trocavam ideias sobre as eleições presidenciais do ano seguinte, com a consciência de que, nas circunstâncias que se viviam, poderia vir a ser uma grande campanha política. Entre os candidatos possíveis da oposição o nome de

Humberto Delgado não figurava publicamente. Mas em círculos muito restritos já o seu nome surgia, embora como hipótese então ainda longínqua.

O certo é que a convergência de diferentes forças democráticas na candidatura do general Humberto Delgado, que lhe deu a indispensável amplitude da base política de apoio, só seria possível na continuidade do citado processo unitário iniciado nos primeiros meses de 1956. E consolidar-se-ia após a desistência da candidatura de um outro grande vulto de intelectual e democrata, natural desta região, Arlindo Vicente.

Foi possível, assim, reunir em torno da candidatura de Humberto Delgado não apenas a oposição tradicional e moderada (republicanos, socialistas, Maçonaria), com influência dominante na orientação política da campanha, mas também a oposição de esquerda (que apoiara inicialmente Arlindo Vicente) e outros sectores que até aí haviam mantido reduzido ou nulo envolvimento político: entre estes, os monárquicos democratas e também os católicos, que em geral haviam apoiado ou reservado prudente silêncio em face do regime, não hostilizando a hierarquia da Igreja comprometida. Sabe-se como não foi relevante nem teve peso significativo a ligação dos católicos ao conjunto da oposição até 1969. Ressalvem-se algumas posições individuais, como a do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, na primeira das duas cartas que dirigiu a Salazar em 1958 e as de outros clérigos isolados. Facto pontual e excepcional foi o chamado "Manifesto dos 101" (4-11-1965), tomando pela primeira vez posição pública colectiva ao lado da oposição democrática. De resto, era uma intervenção quase sempre muito tímida, recuada e eivada de fortes preconceitos contra a esquerda democrática, o que durante largo tempo impossibilitou qualquer acção comum. A emergência oposicionista dos católicos, então, tem um valor mais subjectivo, mais um significado simbólico, como sinal sem dúvida expressivo da desagregação dos apoios tradicionais do salazarismo. E era, também, um dos sinais do refluxo das camadas médias da população, que até aí tinham sido a principal base de apoio social do regime.

Igualmente entre as Forças Armadas – feridas no seu brio pelo tratamento que o regime infligira ao

general Humberto Delgado – se desenvolviam tendências unitárias oposicionistas, em especial entre as camadas militares mais jovens.

O mais notável é que a apreciação conjunta e essencial de todos estes factos mostra inequivocamente a abertura de um novo sistema de relações entre o plano do político e o plano do social no desenvolvimento da oposição ao regime. Indiciava-se uma viragem qualitativa que iria influenciar o curso do movimento democrático até ao 25 de Abril. Vejamos, então.

Não se tratava já de uma movimentação popular, como no pós-guerra, acalentada sobretudo pelas esperanças na vitória das democracias ocidentais. Agora, pareciam ser os sinais de uma vaga vinda do fundo da sociedade que se fazia sentir, sobretudo, nas grandes concentrações urbanas e industriais e nas zonas rurais de latifúndio e que tinha o sentido de um descontentamento social bastante generalizado.

Só isso explica a amplitude e vigor da movimentação social que ninguém, em vésperas da campanha de Humberto Delgado, estava em condições de prever. Uma autêntica surpresa para todos. Algo de profundo estava a mudar no processo de politização da

sociedade portuguesa de que ninguém se apercebera – nem poder fascista nem oposição.

Essa aceleração no processo de politização tem a ver, também, com as lentas alterações estruturais que fora experimentando a sociedade portuguesa após a guerra: crescimento do sector secundário (indústrias transformadoras e de construção), diminuição dos activos agrícolas e aumento dos trabalhadores de serviços e do terciário em geral. A singularidade desta situação é que era um processo de crescimento económico anómalo que não eliminava – antes, até, nalguns aspectos agravava – o subdesenvolvimento social.

A questão mais aguda que irá então colocar-se é em que medida as formulações políticas da oposição, no seu conjunto, serão capazes de dar resposta adequada a estas novas dinâmicas sociais.

Do lado do Poder, vê-se crescerem as hesitações e alguma desorientação. Foi, desde o pós-guerra, o primeiro indicativo substancial da falta de solidez do regime: aparecem sinais mais evidentes da sua escassa margem de manobra interna, oscila entre maior e menor dureza, sabe que as piruetas demagógicas do pós-guerra já não têm credibilidade.

COMPOSIÇÃO DA MESA – António Regala, Dr. Flávio Sardo, Dr. Antero Gaspar (Governador Civil do Distrito), Dr. Alberto Soto de Miranda (Presidente da Câmara Municipal), Dr. Jorge Sampaio (Presidente da República), Dr. António Neto Brandão (Presidente da Comissão Executiva das Comemorações), Dr. Carlos da Costa Candal (Deputado Europeu) e Dr. Joaquim Calheiros da Silveira



Além de que as condições externas começam a ser-lhe cada vez mais desfavoráveis, sobretudo desde os inícios dos anos 1960, com a eleição de Kennedy para Presidente dos EUA (defendendo princípios fundamentais como os direitos humanos e a abolição da segregação racial, que frontalizavam directamente a política colonial de Salazar), o começo da guerra em Angola e o debate que ele levanta no Conselho de Segurança da ONU.

Nesta conjuntura, a oposição democrática irá desenvolver duas estratégias diferentes, não inconciliáveis, mas dificilmente complementares.

Por um lado, a oposição de esquerda procura intensificar a pressão social, promovendo movimentos grevistas e agitação pública, que chega a atingir considerável envergadura e se estenderá nos anos seguintes. Há mesmo em alguns sectores a ideia de que se vive uma situação pré-insurreccional. É nessa linha que são criadas, em 1959, as Juntas de Acção Patriótica que nos três anos seguintes irão ter algum papel no desencadeamento de acções de rua, sobretudo em Lisboa e no Porto, por vezes com intensidade e dimensão assinaláveis. Culminaram nas grandes manifestações de 1 e 8 de Maio de 1963, em vários pontos do País, mas sobretudo em Lisboa, onde se deram duríssimos confrontos com a polícia, de que resultaram várias dezenas de feridos e até mortos.

Junta-se a grande "crise académica" em Março-Maio de 1962 que, embora desenvolvendo-se numa linha autónoma, muito contribuiria para agravar o clima geral de agitação e instabilidade social e política.

Embora tivesse atingido níveis elevados e formasse um conjunto impressionante, como desde a década de 1930 não se vira no nosso país, a verdade é que observado agora, à distância, friamente, verifica-se não ser expressão de uma luta que se desenvolvesse a nível superior.

Três condições fundamentais lhe faltavam.

A primeira, é que não tinha as características de uma torrente contínua e em crescendo, que se desenvolvesse em planos sucessivamente mais elevados e em formulações não dispersas mas globais.

A segunda condição é que esta agitação social se desenvolvia sem articulação sólida com o sector militar. Conspirações, "putschs", tentativas de golpes de Estado

esperavam contar sobretudo com apoios dentro do regime, que nunca se verificaram. O episódio do assalto ao paquete "Santa Maria", em princípios de 1961, apenas visara chamar a atenção da opinião pública internacional para a ditadura em Portugal. O assalto ao quartel de Beja, em 1 de Janeiro de 1962, fora uma acção desesperada e isolada. As forças armadas, habitualmente servidas do regime e embrenhadas já então na guerra colonial, mostravam-se completamente indisponíveis para, numa escala mais larga, se articularem com o conjunto da movimentação popular.

E a terceira condição que faltava era a articulação ou correspondência no plano político, para o que contribuía a ausência de uma direcção unitária organizada da oposição.

Assim, as acções reivindicativas e de protesto, relativamente intensas, não tinham uma equivalente formulação política geral.

Assiste-se, então, à irreversível perda de influência da tradicional oposição republicana que, tendo-se desenvolvido sempre no campo exclusivamente político e nos grupos restritos das personalidades influentes, era incapaz de se inserir nos novos planos da luta contra o regime. As novas dinâmicas do combate contra o regime passavam-lhe cada vez mais à margem, não exercia efeito atractivo sobre as camadas jovens que irrompiam em crescendo. A tradicional oposição republicana vê dela descolar-se progressivamente a corrente socialista, deixando de ser apropriado, a partir de então, falar de "oposição republicana e socialista" (embora ainda com um derradeiro e episódico afloramento nas chamadas "eleições" de 1965).

Este ponto de viragem na luta contra o Estado Novo, desde o princípio da década de 1960, faz deslocar, assim, os centros de gravidade política: dá maior densidade política à conflitualidade social, marginaliza a oposição republicana e faz irromper um ímpeto oposicionista que não quer ser espartilhado nos moldes tradicionais e apresenta propostas renovadoras no ideário e na acção.

O que se vai passar na oposição ao longo dos anos 1960, e especialmente na segunda metade, com relevo para a explosão de 1969, só poderá ser compreendido tendo em conta estas alterações do início da década.

O processo, porém, esteve longe de ser linear e contínuo. Por um lado, alterações de rumo das forças democráticas, como a chamada "correção do desvio de direita do PCP", e o mais acentuado reformismo da oposição moderada. Por outro, a intensidade com que a repressão se abate sobre a oposição, e sobretudo sobre o PCP, no início da década de 1960, desmantela organizações e reduz fortemente a capacidade de intervenção das forças democráticas.



Vive-se, assim, uma situação singular: ao quadro particularmente denso de tensões sociais e até de manifestações públicas corresponde uma fase de refluxo no plano da intervenção estritamente política.

A convergência oposicionista de 1958 processara-se no plano eleitoral, embora não se esgotasse aí. Para alguns visara também mostrar a impopularidade do regime e assim legitimar a sua mudança através de um golpe de Estado ou de uma intentona militar. Foi uma tática fracassada: a ilusória possibilidade de um golpe de Estado com o apoio do Presidente da República cessante, general Craveiro Lopes, após a burla eleitoral de 1958; a abortada intentona militar conhecida por "revolta da Sé", em Março de 1959; a tentativa de golpe de Estado militar, em Abril de 1961, pelo general Júlio Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional.

A precária unidade oposicionista de 1958 não se mantivera em torno de qualquer objectivo estratégico comum e consistente de derrube do fascismo.

Foram, por isso, legítimas as expectativas que se levantaram com a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, em Roma, em Dezembro de 1962: poderia constituir-se, finalmente, uma direcção unitária da oposição, com fins revolucionários e correspondendo aos sinais pré-insurreccionais que emergiam em Portugal. Mas saíram frustradas essas expectativas, pois, tirando o efeito das emissões da rádio com sede em Argel, a Frente não teve expressão significativa no País, onde, sobretudo, a luta devia desenvolver-se.

Acresce que, às dificuldades de convergência das táticas de actuação das diferentes correntes oposi-

cionistas juntava-se a incidência, sobre elas, da questão colonial. Aquele que seria, após meados de 1973, um factor estimulante de unidade contra o regime, era, então, um forte motivo de dissídio. O PCP e aliados defenderam desde logo a autodeterminação e independência para as colónias, os republicanos e socialistas tinham posição mais recuada, muitos não queriam ferir a ban-

deira da "pátria una e indivisível", outros pendiam para um prudente federalismo ou para soluções que deviam ser faseadas a longo prazo. Encontrava-se, assim, fragilizada a unidade da oposição em face daquele que já então se perfilava como o primeiro problema nacional.

O traçado deste quadro é indispensável para se compreender o estado em que a oposição democrática se encontrava quando da morte política de Salazar e os condicionalismos e características que teve o Congresso de 1969.

O II CONGRESSO REPUBLICANO

A verdade é que o formidável impulso de entusiasmo e esperança desencadeado no campo democrático pela queda do ditador não encontra, mais uma vez, a oposição preparada, quanto a organização e programa unitários, para dar uma resposta pronta.

O II Congresso de Aveiro em 1969 teve um papel muito importante no sentido de preencher algumas destas insuficiências. Pelas suas características e objectivos foi, digamos, um Congresso de transição.

Repare-se que a designação é ainda a do anterior "Congresso Republicano", o que não acontecerá com o seguinte. A sessão inaugural foi presidida por uma veneranda figura de republicano, o coronel Helder Ribeiro, revolucionário do 5 de Outubro, heróico combatente da I Guerra Mundial, várias vezes ministro, em diversas pastas, nos governos da I República. Em nome do Secretariado, abriu o Congresso o muito prestigiado democrata aveirense Álvaro Seça Neves,

que se situava numa linha política próxima da do anterior secretário, Mário Sacramento. Proferiu as palavras de encerramento do Congresso um intelectual de grande projecção nacional e internacional, natural do distrito, o Professor Rodrigues Lapa.

Tinha, pois, muitas semelhanças com o anterior. Foi ainda – destacou Rodrigues Lapa – como que “um comício à porta fechada”, o que já não aconteceria com o de 1973. Mas o traço dominante não era já o do republicanismo tradicional. O apagamento progressivo desta linha, como vimos, ao longo da década de 1960, teve neste II Congresso expressão bem visível. A sua presença foi apagada ou meramente honorífica. Perdera, decididamente, a iniciativa política.

Este Congresso mostrou então com a maior evidência, pela primeira vez, as modificações que desde o princípio da década de 1960 tinham vindo a registar-se na composição e no peso relativo das forças e tendências que integravam a oposição democrática. Além de elementos das áreas comunista e socialista, muitos jovens ainda estudantes ou saídos das crises académicas desde 1962 e católicos em maior número participaram sob diversas formas.

Do ponto de vista programático, dois grandes temas irão dominar, até 1973, a polémica no campo oposicionista: o problema colonial e a questão dos monopólios/democracia.

Sobre o problema colonial convergem as posições de republicanos históricos e monárquicos, defendendo a conservação das colónias; opunham-se à fórmula consensual das restantes forças oposicionistas na Plataforma de S. Pedro de Muel que preconizara “resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação”. Embora esta fórmula, como se viu depois, ocultasse graus e concepções diferentes. Na verdade, só em Setembro de 1973 o Partido Socialista, recentemente fundado, afirmaria uma posição “radicalmente anticolonialista” e pela “independência completa e imediata dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique” (no comunicado conjunto PCP/PS).

Sobre a questão dos monopólios versus democracia também se mostrou impossível um consenso aprofundado, adoptando-se uma fórmula vaga de “combate ao monopolismo e à dominação do capital estrangeiro”.

Igualmente a expectativa sobre a capacidade de Marcelo Caetano democratizar o regime era diferente nos campos da oposição democrática: contra os cépticos ou os relativamente cépticos havia os que esperavam que o desenvolvimento “europeizante” prometido pelo novo chefe do Governo acabaria por provocar uma necessária evolução para a democracia.

Por outro lado, a organização, funcionamento e direcção unitárias que passaram a ser adoptadas pelas forças oposicionistas não conservadoras concretizavam a ruptura com os modelos tradicionais. Consagrava-se o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais (que correspondiam aos círculos eleitorais), de que saíam uma comissão coordenadora e frequentes encontros de coordenação nacional. Acabava-se assim com a habitual direcção nacional fixa e permanente concentrando as decisões e fomentava-se um processo de baixo para cima, com envolvimento e participação responsável do maior número possível de democratas. O critério acabaria por estender-se à utilização de métodos electivos para a escolha das comissões e candidatos distritais. Estas normas não mais seriam abandonadas até ao 25 de Abril, reconhecendo-se como imprimiam uma maior dinâmica e amplitude à mobilização dos cidadãos.

E assim era porque estavam em consonância com as referidas modificações que tinham vindo a registar-se no campo da oposição ao regime nos anos 1960. Por um lado, a perda de influência da oposição tradicional e dos seus círculos de notáveis, de que sempre haviam saído as direcções dos movimentos e os candidatos democráticos às “eleições” para a Assembleia Nacional; novas camadas e correntes, com novas ideias e modos de actuar, tinham vindo a intervir com relevo crescente. Por outro lado, correspondiam, como vimos atrás, ao processo de alargamento da politização e, assim, devendo as decisões ser tomadas em bases mais amplas. Além de que não era estranha, também, alguma influência do espírito libertário do Maio de 68.

Foi esse, em boa medida, o segredo da grande capacidade de mobilização das CDE nas eleições de 1969. Tomou a dianteira deste processo a CDE de Lisboa, em cuja Comissão Política me encontrei com figuras da envergadura de Jorge Sampaio, Francisco

Pereira de Moura, Lindley Cintra, Melo Antunes, Sottomayor Cardia, entre outros.

E é pertinente sublinhá-lo agora porque, como veremos adiante, foi fundamentalmente neste modelo que se inspirou a organização do Congresso de 1973, a isso tendo ficado a dever-se, também, uma parte considerável do seu êxito.

Quanto às expectativas criadas em torno de Marcelo Caetano, já antes e durante a campanha eleitoral de 1969 se acumulavam os sinais inequívocos da exígua capacidade de auto-reforma do regime e da sua escassa margem de manobra política. Assistiram-se mesmo a inúmeras prisões, assaltos a sedes da oposição e cenas de grande violência tanto pela PIDE como pelas forças de choque da PSP, que em Lisboa eram comandadas pelo capitão Maltês, esse mesmo que seria distinguido com uma pensão vitalícia especial pelo governo Cavaco Silva.

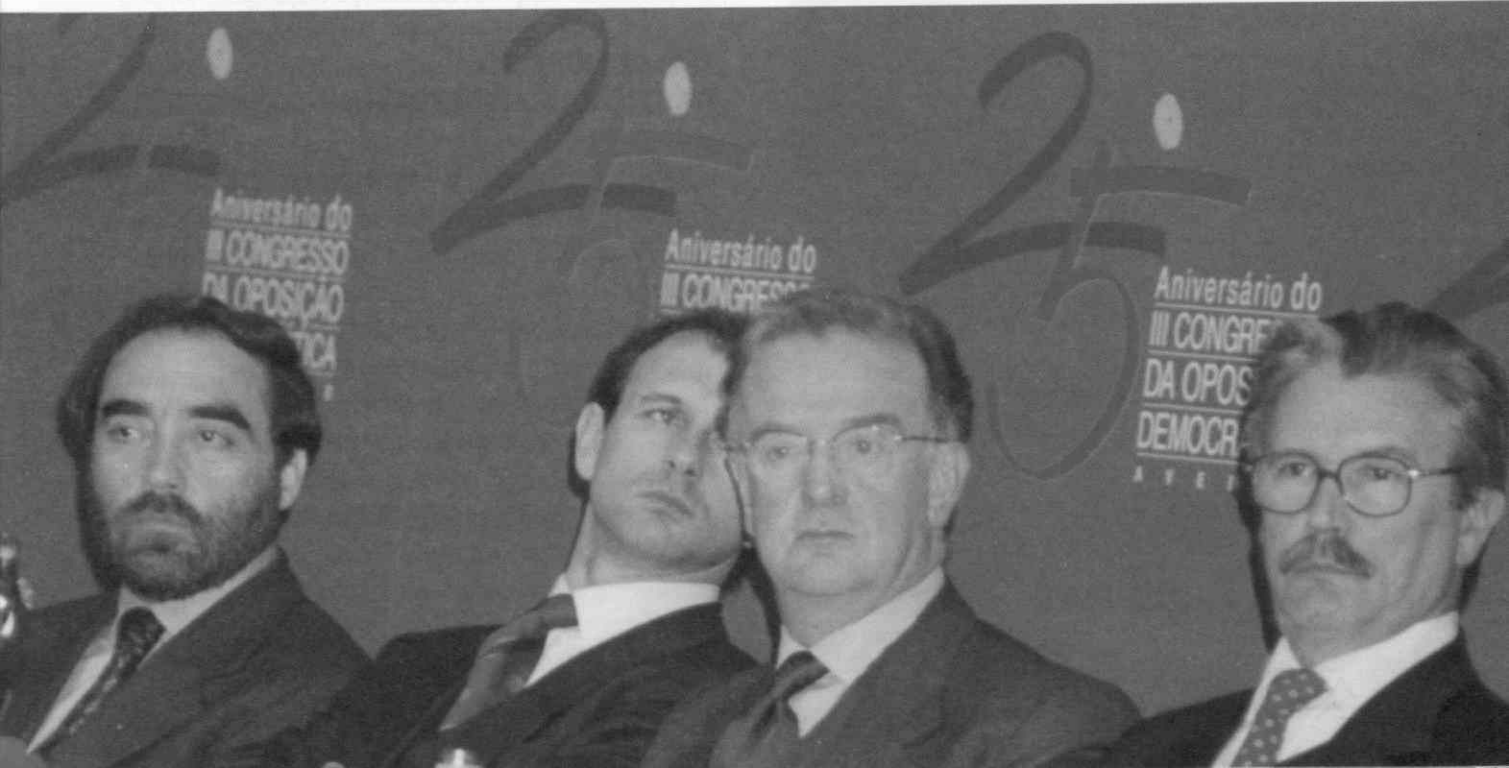
Após as chamadas "eleições", era muito reduzida, quase nula, como no passado salazarista, a margem legal de actuação da oposição. Logo proibidas as comissões democráticas distritais, procurou-se algum espaço de intervenção no domínio cultural, tendo como suporte as cooperativas já existentes e outras que se fundaram em vários distritos.

Mas já em 1971 se entra no que podemos designar a segunda fase da governação marcelista. Falhara o seu plano de alargar a base política do regime tanto através da transformação da velha União Nacional em Acção Nacional Popular (continuando como partido único), como da "ala liberal", que aceitara tentar reformar o regime de dentro, mas mostrava já o seu desencanto. Como fracassara, também, o seu propósito de alargamento do suporte social, que pelo contrário se estreitava, crescendo a contestação em mais diversificados sectores.

Marcelo Caetano era já então um homem só, preso cada vez mais dos ultras do regime.

A segurança do Estado, o combate à "subversão" social e política passaram a ser preocupações dominantes do Governo. Na incapacidade de dar resposta às dificuldades crescentes de ordem política, económico-financeira, social – muitas delas decorrentes da guerra colonial – o regime estreitava cada vez mais a sua margem de manobra. Era abandonado o projecto de um modelo de desenvolvimento "europeu", inconciliável com as limitações dos nossos recursos e o autoritarismo crescente. E este, por sua vez, era a resultante natural da força que adivinha aos ultras (militares e civis) da continuação do estado de guerra.

Aspecto da Mesa de Presidência



ticas no estrangeiro não favoráveis a um largo entendimento das forças oposicionistas, em especial se alargado ao sector comunista. Lembremos que essas resistências só seriam parcialmente vencidas a partir de Setembro de 1973 com o referido encontro, no estrangeiro, entre as direcções do PCP e do PS, de que saiu um comunicado conjunto.

Mas nos democratas de diversas tendências inseridos na realidade nacional havia a geral consciência de que era indispensável e urgente uma plataforma política da oposição. Ao contrário do que acontecera durante toda a década de 1960, a intensa movimentação social e o seu crescente grau de politização deveriam ter urgente correspondência em formulações políticas globais, numa perspectiva de alternativa do regime. Esse o grande papel histórico do Congresso de Aveiro de 1973.

Já no último trimestre de 1972 o Congresso começaria a ser preparado. E logo se reconheceu que, perante as referidas condições em que o País se encontrava, este Congresso teria de significar uma ruptura com os anteriores: em termos organizativos, programáticos, estratégicos.

O primeiro sinal seria dado com a mudança do título: em vez de Congresso Republicano, como os anteriores, chamar-se-ia Congresso da Oposição Democrática. Tal alteração partiu, é certo, de sugestão do próprio Governador Civil de Aveiro, que considerou ser a anterior designação injustificada num país de regime há muito inquestionavelmente republicano. Para os democratas, a designação era questão secundária. Mas não deixava, também, de sinalizar um novo sentido.

Depois de vencidas inúmeras resistências das autoridades, a primeira interrogação que se nos colocava era porquê o governo fascista, vivendo em condições políticas tão extremamente precárias como as que foram descritas, sendo incapaz de encontrar soluções eficazes para os mais graves problemas nacionais, endurecendo-se ao ponto de recorrer a medidas repressivas idênticas às dos piores tempos do salazarismo – porquê, então, permitia a realização do Congresso? Tanto mais que fora negada autorização para a realização de um outro congresso em 1971.

O comportamento posterior das autoridades confirmaria o que desde o início admitíramos.



Antes de tudo, o Governo pensava poder circunscrever o acontecimento a Aveiro e, se possível, – tal como Rodrigues Lapa caracterizara o II Congresso Republicano – como “um comício à porta fechada”. A cidade sofreria pequena perturbação nesses dias, mas as ondas de choque não iriam além.

Internamente, até poderia dar a alguns, ingênuos, a ilusão de que o regime admitia a existência de uma oposição.

Mas o efeito maior que visava era, sem dúvida, externo. Lembremos que, sobretudo devido à guerra colonial, crescera o isolamento internacional do regime. Um dos sinais mais significativos foi dado pela Santa Sé: em 1970, Paulo VI recebe em Roma os dirigentes do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC. Avalizava, assim, a luta e os protestos anti-coloniais que se desenvolviam em crescendo nos organismos internacionais, na opinião pública europeia, na hierarquia católica, nos padres missionários que denunciaram os massacres cometidos pelo exército colonial.

A aparentemente contraditória autorização para a realização do Congresso era, assim, uma desesperada e algo patética operação de cosmética do regime. Os correspondentes dos jornais estrangeiros acreditados em Portugal foram convocados pelo Governo para reuniões de “esclarecimento” no Secretariado Nacional da Informação. Dirigidos convites expressos aos principais órgãos de informação europeus e norte-americanos. E, quando chegaram os seus enviados, cerca de uma semana antes do início do Congresso, foram-lhes feitas autênticas “lavagens ao cérebro” em conferências de Imprensa no SNI. Era indispensável, para alcançar os efeitos pretendidos pelo Governo, que os jornalistas estrangeiros chegassem a Aveiro com uma interpretação prévia sobre o significado do que iria passar-se. Competia à oposição desmontar esta estratégia, como aconteceria.

Desde os primeiros passos da preparação perfilavam-se três objectivos principais na estratégia do Congresso.

O primeiro, demonstrar a inviabilidade da democratização do regime.

O segundo, afirmar uma alternativa de regime, a partir de uma plataforma política comum à oposição democrática.

O terceiro, organizar a oposição em termos que lhe permitisse captar e mobilizar a generalizada insatisfação pública.

Objectivos, pois, como se vê, muito distantes dos de 1957 e 1969, o que nem sempre foi imediatamente entendido por todos os sectores da oposição.

Para cumprir estes objectivos políticos, era necessário, antes de tudo, definir os critérios de organização e funcionamento do Congresso.

Desde logo se reconheceu a vantagem de, nesse plano, retomar o espírito das referidas decisões da plataforma de S. Pedro de Muel que tão bons resultados tinham dado na ampla mobilização dos democratas pelas CDE na campanha de 1969. Ao contrário dos anteriores, este Congresso teria uma organização descentralizada aberta aos democratas de todo o País.

Foi o arranque dado pela Comissão Executiva do Congresso constituída pelos aveirenses Álvaro Seica Neves, António Neto Brandão, Flávio Sardo, Carlos Candal, João Sarabando, Manuel Andrade, Joaquim da Silveira e os jovens Mário Rodrigues e António Regala. Mas esta Comissão Executiva alargou-se depois a dois representantes de cada distrito. Por seu turno, as Comissões Distritais (que em muitos casos emergiram de comissões concelhias e socio-profissionais) elegeram os 50 representantes à Comissão Nacional do Congresso, que assumiu a superior responsabilidade política. Era assim uma organização ampla, alargada a todo o País e tanto quanto possível aberta à generalidade dos democratas que não só participavam nas decisões como indiscriminadamente tinham acesso à reunião.

Contrariava-se, assim, a imposição das autoridades de que a presença nas sessões do Congresso deveria ser objecto de regulamento, no qual ficaria expresso que só os congressistas previamente inscritos poderiam tomar parte nos trabalhos. Era, não apenas tentar impor que o congresso continuasse a ser, como os anteriores, uma reunião “à porta fechada”, mas até limitar os que pudessem transpor a porta.

A organização do Congresso ignorou estas limitações, o que foi uma orientação decisiva para a sua eficácia. Resultava da consciência, desde o início, de que o alargamento do espaço público politizado que assinalámos em desenvolvimento ao longo da década de 1960 deveria ter correspondência nas

formas de intervenção no Congresso. E que esta era uma excelente oportunidade para organizar, em torno de um objectivo mobilizador, os democratas de todo o País. Foi o primeiro grande passo no sentido de abrir, não apenas à responsável participação dos democratas, mas à população em geral, o que constituiria uma das mais importantes inovações do Congresso.

Desenvolvendo-se desta maneira os trabalhos preparatórios, foi possível fazer intervir sectores sociais e profissionais como não se vira nos Congressos anteriores: a presença dominante dos juristas (segundo uma longa tradição liberal e republicana) foi equilibrada com outros sectores profissionais, não apenas intelectuais mas também trabalhadores, sobretudo da área dos serviços; regista-se, também, uma participação muito relevante das mulheres, que haviam estado quase completamente ausentes das reuniões anteriores. Mas a maior novidade foi a enorme presença de jovens – sem dúvida um dos traços marcantes deste Congresso, em profundo contraste com os anteriores.

Deverá aqui prestar-se a mais merecida homenagem aos democratas aveirenses que constituíram o núcleo inicial da Comissão Executiva de Aveiro, pelo sentido político e qualidade humana exemplares que demonstraram em todo este processo. Abdicando de especiais protagonismos ou dirigismos, reconheceram desde logo o interesse político desta abertura e descentralização da organização, tendo estado sempre em sintonia com a Comissão Nacional do Congresso. Esta atitude digníssima dos democratas aveirenses foi, sem dúvida, uma das chaves do êxito.

A partir das comissões concelhias e distritais promoveram-se em todo o País centenas de reuniões preparatórias e sessões públicas, muitas vezes mesmo nas ruas e praças, para esclarecer as populações sobre a importância do Congresso e apelar à sua participação. Muitas dessas reuniões foram proibidas, reprimidas e presos os seus responsáveis. Milhares de cartazes e documentos foram distribuídos em todo o País, motivando também muitas prisões.

Esta orientação de trazer o Congresso para a rua apanhou o Governo desprevenido: surpreendido, via agora que este não seria mais "um comício à porta fechada". Foram visíveis as suas hesitações. Por fim, optou pela tentativa de contenção: já que não era

possível fechar os congressistas numa sala, encerrava a cidade, evitava a sua comunicação com o exterior.

Nas vésperas da abertura foram mobilizadas grandes forças policiais para Aveiro. A cidade encheu-se de agentes da PIDE que tentavam confundir-se com os congressistas. O acampamento da juventude foi desfeito. A polícia de choque estava concentrada perto. Grandes forças da PSP cercavam a cidade. As excursões dos democratas em comboios e autocarros eram detidas fora de Aveiro e identificados os passageiros. Alguns comboios das carreiras normais foram mesmo impedidos de parar em Aveiro.

Muitas centenas furaram o bloqueio, vindo a pé pelas estradas ou mesmo atravessando os campos. Assim chegaram ao Congresso muitos grupos de jovens que eram recebidos com aclamações entusiásticas. As autoridades procuravam afugentar e amedrontar, propalando notícias falsas sobre grandes alterações públicas que estariam a verificar-se em Aveiro. E tentavam assim criar um clima favorável à repressão policial, o que aconteceria na manhã do último dia do Congresso, em plena Avenida Lourenço Peixinho, quando os congressistas se dirigiam pacífica e ordeiramente em romagem ao túmulo de Mário Sacramento. Era o descontrolo cego da polícia de choque, mais uma vez comandada pelo esforçado capitão Maltês. E, ao mesmo tempo, foi interessante ver a solidariedade da população de Aveiro que escondia e acolhia os democratas em risco de serem espancados e presos. Mas, na fúria policial, muitos foram feridos, mesmo jornalistas estrangeiros.

Terá interesse contar o episódio ocorrido com um jornalista suíça que podemos considerar exemplar. Influenciada pela propaganda oficial, interpelou-nos duramente na conferência de imprensa inaugural, insistindo na liberalidade do regime que até permitia um congresso da oposição. Vi-a, depois, ser muito maltratada pelos bastões e os cães da polícia. E, na conferência de imprensa de encerramento, com a cabeça envolta em ligaduras e o braço partido ao peito, declarou estar então esclarecida sobre a natureza do regime. O desfile público, que acabaria por ser decidido após muita controvérsia na Comissão Executiva, teria um papel muito importante na denúncia do regime. Falhava assim, completamente, a sua ingénua manobra de camuflagem.

UMA ORIGINAL CONVERGÊNCIA PROGRAMÁTICA DA OPOSIÇÃO

A pujança e o entusiasmo que o Congresso mostrou na mobilização dos democratas e na sua afirmação pública foram equiparados à intensidade com que os trabalhos decorreram internamente. A grande sala era escassa para os milhares de participantes.

Nas 8 secções de trabalho debateram-se cerca de 200 teses (muitas delas colectivas), sendo depois as conclusões sectoriais presentes ao plenário.

Os temas apresentados e o conteúdo dos debates mostraram desde logo aspectos muito inovadores. Destaquemos quatro.

Em primeiro lugar, abandonavam-se as abstracções e a simples denúncia casuística dos atropelos aos direitos dos cidadãos para estudar a natureza do Estado fascista, apresentando-se um conjunto coerente de propostas sobre as bases do Estado democrático. E a articulação estreita que se estabelecia entre instauração da Democracia e fim da guerra colonial.

Em segundo lugar, a verificação de que o poder absoluto do capital monopolista e o seu conúbio com o Estado fascista era um obstáculo incontornável à construção de um Estado democrático.

Em terceiro lugar, a grande atenção dada à problemática do Desenvolvimento, com relevo para o desenvolvimento regional e a administração local como suportes indispensáveis de uma sociedade democrática.

Por fim, a orientação expressa de que a luta por objectivos parciais e imediatos, sendo mobilizadora, não devia fazer esquecer o objectivo final da conquista do socialismo, como condição indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna.

Estavam assim colocadas pelo Congresso as três questões centrais que também iriam constituir os eixos do Programa do MFA:

- A construção do Estado democrático;
- O Desenvolvimento como componente indispensável da democracia;
- O fim da guerra colonial e do sistema colonial em articulação com o derrube do fascismo e a instauração da democracia.

Saliente-se que algumas destas propostas são apresentadas assim, pela primeira vez, em unísono no campo democrático. Desfeitas certas ilusões, afirmava-se, em conjunto, a "radical oposição entre o movimento democrático e o regime na análise e nas linhas de solução dos problemas fundamentais do País". E era apresentada uma inteira unidade de pontos de vista mesmo sobre questões tão controversas no passado como a colonial, que atravessou transversalmente os debates em todas as secções.

Questionaram então alguns o valor da unidade democrática como instrumento eficaz e duradouro de transformação política. Ora o facto de as forças democráticas, unidas a partir daí até ao 25 de Abril, terem divergido depois é um fenómeno natural e saudável. E quem assim questionava certamente ignorava a lei geral, histórica, das convergências pré-revolucionárias e das divergências pós-revolucionárias. Dissídios posteriores, já em liberdade, decorriam naturalmente das diferentes vias e concepções sobre a conquista e a natureza do poder. Em nada diminuía o valor revolucionário da unidade democrática naquelas condições históricas concretas.

Quem acompanhou, a partir de dentro, as lutas que em diversos campos se desenvolveram em crescendo desde 1969 sabe bem como a insuficiência da unidade política entre os democratas foi um factor de desencorajamento e de desmobilização, reduzindo as perspectivas políticas da oposição. Assim como aparece evidente que a unidade dos trabalhadores, a partir da fundação da Inter-Sindical em 1970, foi a principal mola impulsora das intensas e amplas lutas laborais até ao 25 de Abril, como não se vira com um tão alto grau de articulação havia mais de quatro décadas.

A esta distância, podemos verificar que a principal – e grave – falha política do Congresso foi a desatenção, ou melhor, a incompreensão sobre a questão militar. A única comunicação que abordou o problema numa perspectiva evolutiva do posicionamento das Forças Armadas e dos limites em que a instituição se movia foi a de José Medeiros Ferreira – talvez beneficiando da visão distanciada a partir do exílio na Suíça. Não será tão surpreendente esta incompreensão, sabendo-se como para a oposição, ao longo do

fascismo, o papel transformador das Forças Armadas se resumiu ou à expectativa sebastiânica na acção dos generais dissidentes (que nunca chegava, ou era ingénua e desastrada) ou ao golpe "putschista", isolado, desesperado.

Para o campo democrático, então, a instituição militar fora, sobretudo, um instrumento dócil do regime na guerra colonial e um dos principais suportes do Estado fascista. Visão obviamente grosseira, que não se dava conta das mudanças que o envolvimento numa guerra sem saída estava a provocar dentro do corpo militar. Lembre-se de que três meses depois do Congresso eles farão a sua primeira reunião, embora ainda com objectivos meramente corporativos. Mas ainda um mês e meio antes do 25 de Abril, na reunião de Cascais, já politizado o movimento, os militares afirmavam, como um dos seus objectivos, "a salvaguarda legítima do seu prestígio", reconhecendo quanto fora abalado pelo uso que deles havia feito o regime fascista.

O caso de Melo Antunes, participante em reuniões da Comissão Política da CDE de Lisboa em 1969, não voltaria a repetir-se. Nem sequer no Congresso de 1973.

Mas os militares mais politizados não deixaram de estar atentos – como alguns reconheceram – ao que se passou nessa reunião magna dos democratas e de recolher dela efeitos positivos.

Efeitos positivos pelo abalo evidente que causou no regime, evidenciando a sua fragilidade; pela maneira como o governo foi desmascarado, desfazendo quaisquer ilusões sobre a sua vontade de se auto-reformar; pelo exemplo estimulante de uma convergência táctica de diferentes sensibilidades democráticas, como as havia também entre os militares; pelo impulso que deu à movimentação democrática e popular, numa contestação social e política em crescendo até ao 25 de Abril; finalmente, pela Plataforma Política que pela primeira vez era decidida num Congresso e que, resultando de uma aprofundada análise dos principais problemas nacionais, conduzia a um acordo programático e de acção.

São evidentes as analogias entre esta Plataforma e o primeiro projecto do Programa do MFA, apresentado uma semana antes do 25 de Abril ao general Spínola, e que nos traços essenciais se manteve.



António Regala e Dr. Flávio Sardo

O que não quer dizer que este tivesse sido estritamente inspirado naquele. O que quer dizer é que alguma influência houve, o que é natural, e, sobretudo, uma sintonia entre o movimento militar e o movimento democrático em torno das questões mais graves do País e das suas soluções imediatas.

Assim, hoje, podemos enriquecer a avaliação do III Congresso da Oposição Democrática com a certeza do seu grande contributo para a vitória sobre o fascismo: pelo estímulo geral que significou a unidade política da oposição; pela projecção da sua Plataforma Política sobre vários sectores da sociedade portuguesa, incluindo o militar; e também pelo avanço que provocou na organização da oposição em termos que lhe permitiu captar e mobilizar melhor o generalizado descontentamento público. O que seria tão importante para a mobilização popular após o 25 de Abril, com vista à desfascização do Estado.

A exaltante convicção de que estávamos a fazer história, cumpriu-se.

A LIBERDADE DE HOJE, COMO ONTEM, É UM COMBATE UNIVERSAL

DR. ALBERTO SOUTO DE MIRANDA

Ex.mo Sr. Presidente da República
Sr. Ministro da Administração Interna
Sr. Governador Civil
Ex.ma Comissão Organizadora das Comemorações
Ex.mo Sr. Doutor José Tengarrinha
Minhas Senhoras e Meus Senhores

N o brasão de armas da cidade de Aveiro figura o colar de oficial da Ordem da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, conferido pelo Governo em 1919, como reconhecimento da tenaz resistência patenteada pela população aveirense, na defesa das então jovens instituições republicanas.

As insígnias da Ordem da Liberdade, a partir de hoje, enobrecem ainda mais o nosso estandarte e dão novo sentido às armas de Aveiro. Bem haja, Sr. Presidente, por este acto, que entra na galeria dos momentos de maior simbolismo da nossa História milenar.

Aveiro toda agradece-lhe a muito honrosa distinção. E em nome dos aveirenses que sentem hoje o coração descompassado pelo espírito em festa, porque festejamos a rebeldia de espírito e a coragem de o expressar e de agir contra grilhetas institucionais de várias matizes e épocas, e porque não há honra maior do que ser condecorado pela exaltação da liberdade, valor primeiro e irredutível da condição humana, tributo-lhe, Sr. Presidente, o nosso mais vivo reconhecimento.

Esta notabilização presta uma homenagem ao nosso passado e deixa uma interpelação ao tempo que estamos a construir. Lembrar os nossos obreiros e "mártires da liberdade" solidifica uma democracia estável, com os alicerces da memória da sua ausência e constitui um saudável e pedagógico exercício de cidadania. Vinte e cinco anos de liberdades cívicas e políticas são a vida toda para os nossos jovens, mas são um ápice na História e um bem raro a preservar.



O percurso desta terra na senda deste patamar superior da humanidade está juncado de vidas exemplares, que temos de convocar a esta cerimónia, porque a ajudaram a merecer.

Há 180 anos, a semente do liberalismo constitucional encontrou boa terra em Aveiro e germinou. Conspirava-se ali na loja maçónica da Quinta dos Santos Mártires, em prol da revolução de 1820. Entre eles estava Joaquim José de Queirós, avô de Eça de Queirós, mentor revolucionário anti-absolutista que veio a organizar a revolta contra o Miguelismo, eclodida em 16 de Maio de 1828. Nesse dia dominaram a cidade e seguiram para o Porto onde se juntaram aos sublevados nortenhos. Mas as tropas miguelistas reagiram e abortaram a rebelião.

Os aveirenses envolvidos foram condenados à morte, enforcados e decapitados (Gravito, Magalhães Serrão, Manuel Luís Nogueira, Ferreira Júnior, Morais Sarmento, Clemente Soares de Freitas, trisavô do poeta Manuel Alegre que o canta assim "Há homens de quem fica (...) um erguer de cabeça frente à morte/ um morrer sem renúncia inteiro e limpo/ por uma ideia uma fraternidade um sonho") e as suas cabeças foram cravadas em postes e expostas publicamente (em frente à Câmara, no Rossio, no Carmo).

Entre os que sobreviveram no exílio conta-se Mendes Leite que, em 1852, viria a ser o autor do

aditamento à carta constitucional que consagrou a abolição da pena de morte em Portugal, para os crimes políticos.

E temos de evocar José Estêvão Coelho de Magalhães, nascido em 1809, ali na Rua dos Mercadores, debaixo dos Arcos, nosso tribuno maior, monárquico, democrata e liberal, que se imortalizou em defesa da liberdade, em disputas oratórias com Almeida Garrett e tantos outros, vulto de excepção do nosso parlamentarismo monárquico.

O combate seguinte foi o da República. Notabilizaram-se entre outros Sebastião de Magalhães Lima, fundador e primeiro director do jornal "O Século", Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa desde 1907. E Francisco Homem Cristo, do directório do Partido Republicano, fundibulário do jornalismo, cujas edições do seu jornal "O Povo de Aveiro" se esgotavam aos milhares em Lisboa, zurzindo sem piedade, ao cru estilo que foi o seu, nos políticos da capital com quem privara. E Albano Coutinho, Arnaldo Ribeiro, André dos Reis, e um jovem que entre 1911 e 1915 dirigiu um jornal de que guardo em casa o primeiro número, chamado, nem de propósito, "A liberdade".

O regime salazarista levava já trinta anos sem liberdade (1957) quando, sob iniciativa do Dr. Mário Sacramento e com a abertura do Dr. Vale Guimarães, aveirense Governador do regime, mas liberal, se



realizou o 1.º Congresso Republicano. O segundo foi também promovido por ele e teve lugar entre 15, 16 e 17 de Maio de 1969, embora tivesse falecido em Março. O prematuro desaparecimento do Dr. Mário Sacramento privou Aveiro, a cultura portuguesa e as hostes da liberdade de um dos seus cultores mais esclarecidos e empenhados. O terceiro teve como Secretário o Dr. Álvaro Seça Neves (4 a 8 de Abril de 1973) e foi animado, entre outras pessoas, por uma actriz de teatro, que viria a ser primeira dama de Portugal, e por três jovens Advogados que ali estão naquela mesa e que tiveram a juventude de organizar este quarto congresso...

Nas pessoas que constituem a Comissão Organizadora desta comemoração eu queria homenagear todos os aveirenses e todos os portugueses que, nessa época, tiveram a lucidez política e a coragem para darem a cara, a voz, a pena e o gesto pelo ideal da liberdade. Os aveirenses de então souberam abrir-vos as portas e fechá-las à repressão policial. Os aveirenses de hoje estão-vos muito gratos pelo legado cívico.

Em especial, queria agradecer ao Dr. Carlos Candal a iniciativa que tomou: com o seu curriculum de combate, era de prever que, mesmo de muletas, ganhasse para Aveiro a corrida da Ordem da Liberdade...

Entretanto, decorrera a campanha presidencial de Humberto Delgado, acolhido por uma multidão no largo da Estação e conduzido de automóvel pelo Dr. Costa e Melo, que o fez descer a Av. do Dr. Lourenço Peixinho, e a de Arlindo Vicente cujos familiares ainda nos honram com a sua ligação à Aveiro.

Enfim, permitam-me que remate recordando um aveirense que, como ninguém, cantou a liberdade por todo o país e o continua a encantar: o José Afonso, nascido ali na antiga travessa do Passeio, junto à escola da Glória. A Ordem da Liberdade, que agora recebemos, vamos entoá-la com música dele.

Esta parada de notáveis da liberdade comete a injustiça de não poder nomear todos os outros que por ela deram o melhor de si ou pequenos gestos, espíritos de eleição ou gente anónima, que não renunciou à consciência livre e não pactou com prepotências e tiranias.

Somos assim, graves na afirmação de princípios, tolerantes na convivência com os dos outros. É certo que a brisa que vem do mar traz-nos a desdita de, por

vezes, nos pôr do contra. E é claro que a nossa história não se fez linearmente e os nossos conterrâneos não apanharam todos o vento da liberdade pelas costas. Mas o momento agora é o de celebrar esse sopro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A liberdade não tem fronteiras, nem monopólios e o mérito da sua conquista deve ser partilhado. Aveiro é um símbolo, gostosamente a primeira autarquia a receber a distinção, que assim o justifica a História recente, mas a liberdade por que lutamos não cabe em nós e queremos daqui saudar todos os homens e mulheres que, por esse país fora, em lugares recônditos ou nos rossios mais populares, tiveram a ousadia de conjurar e de ir a terreiro. Os congressos da oposição democrática foram um marco importante, mas a estrada foi pontuada com a vossa entrega, a clandestinidade, o cárcere, a tortura, o aviltamento, o sangue, a morte.

Mas que sentido tem hoje a liberdade? Onde nos leva? Estão realizadas as expectativas dos seus combatentes? Tem ela servido sempre para cultivar a justiça, denegada que estava com a sua falta? Logrou a liberdade promover a igualdade e a equidade? A democracia, para lá das liberdades políticas, já foi capaz de materializar universalmente os direitos sociais que prometeu? Somos inteiramente livres, enquanto convivemos ao lado com cidadãos-quase, a quem a vida não concede escolhas materiais e aprisiona na indigência do espírito?

A liberdade de hoje, como ontem, é um combate universal: ganha-se com acções concretas que melhorem as condições de vida, a educação, o acesso à cultura de cada um dos portugueses, ganha-se no luto por Koris Santana e na solidariedade com a causa do povo mártir de Timor, ganha-se nos bancos contra a fome do Ruanda, ganha-se nos médicos sem fronteiras, que não resistem à esperança dos olhos dos meninos de Angola.

A ética da liberdade implica um dever de inquietação e um direito de revolta, o dever de denunciar as grades por onde não passa a cidadania dos nossos semelhantes e o direito à indignação. A ética da liberdade traz consigo a insubmissão da consciência quando falece a justiça, quando o exercício da democracia se deslustra na pequena intriga política, os

direitos sociais não passam dos enunciados, a afirmação do humanismo se reduz ao manifesto panfletário.

Sr. Presidente da República
Minhas senhoras e Meus Senhores

As mulheres e os homens que participaram no terceiro congresso da oposição democrática em Aveiro não subscreveram só teses generosas. Tiveram a coragem física de se exporem em nome de princípios cívicos, numa época em que evocar a democracia era subversivo, em que todos os ecos de revolta ficavam sob

escuta, em que clamar pela liberdade era assumir um risco de vida.

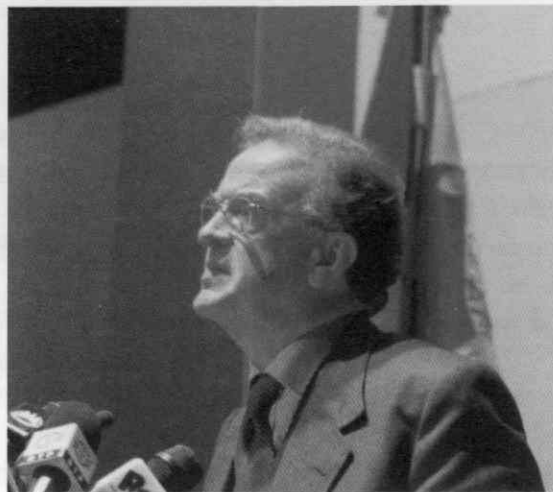
Aveiro, que vos acolheu, e o País todo, que admirou o vosso destemor, estão-vos reconhecidos. E a Ordem da Liberdade que agora dá brilho ao nosso estandarte, Aveiro quer partilhá-la convosco, porque a bandeira da liberdade mereceram-na de corpo inteiro, na calçada da Avenida e nas avenidas que abriram para a democracia.

Bem haja, Sr. Presidente da República, por nos conferir distinção tão sublime. Aveiro vai fazer tudo por continuar a honrá-la.



A black and white, high-contrast portrait of an elderly man. He has thick, curly, light-colored hair and is wearing round-rimmed glasses. His head is tilted slightly downward and to the left. The lighting is dramatic, with strong highlights on his forehead and hair, and deep shadows on the right side of his face and under his chin. The background is dark and out of focus. The text "bibRIA" is superimposed over the center of the image, partially covering his forehead and eyes.

bibRIA



A CIDADE DE AVEIRO... PÁTRIA DA LIBERDADE

Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente da República, na Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário do 3.º Congresso da Oposição Democrática

É com profunda emoção que participo no acto comemorativo dos 25 anos do 3.º Congresso da Oposição Democrática, cujo significado, ajustado pela distância a que hoje nos encontramos, está tão ligado à ruptura política que o 25 de Abril originou.

É com sentida emoção que me associo à homenagem cívica que aqui se presta aos seus inspiradores e obreiros, destacando a memória daqueles que já não podem aqui celebrar connosco.

É com intensa emoção que vivo este momento. Através dele é possível evocar trajetórias e sinais, rever companheiros e lembrar atitudes, visitar os projectos que animaram combates e deram sentido à forma como participámos na vida colectiva.

Por aqui, por esta história que ajudámos a fazer e que hoje de certa forma ajudamos a escrever, passam diversas gerações portadoras de uma lúcida e generosa vontade de mudar as coisas, de "fazer um mundo melhor", como pedia esse nome querido de Aveiro, Mário Sacramento.

A luta política contra o autoritarismo desenvolveu-se, desde cedo, em duas dimensões: a da luta clandestina, arrostando corajosamente a malha policial repressiva, e a da chamada luta legal que procurava explorar os pontos mais vulneráveis do aparelho jurídico-constitucional do Estado Novo.

Ocasões privilegiadas eram neste aspecto as eleições – uma farsa de eleições é certo, e que a Oposição sempre contestou, independentemente do modo como tivesse decidido nelas participar. Os Congressos de Aveiro estão ligados a contextos preparatórios de actos eleitorais, particularmente importantes para a Coligação Oposicionista: as eleições presidenciais de 1958, cumprem-se agora 4 décadas, as primeiras eleições do "marcelismo", em 1969, após o afastamento de Salazar, e as eleições de 1973, exactamente as últimas do Estado Novo.

Nesta evocação do 3.º Congresso de Aveiro, permitam-me que à obra de todos eles me refira. O primeiro preparou o caminho para a campanha de Humberto Delgado, quando a estabilidade do salazarismo foi questionada, num sobressalto cívico que despertou uma multiplicidade de consciências e de energias políticas. O segundo representou uma das mais vastas mobilizações intelectuais e políticas de sempre, implicando diversas correntes contestatárias da Ditadura no debate das novas perspectivas criadas com a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do regime corporativo. O terceiro funcionou como uma verdadeira campanha premonitória da queda do "marcelismo" e, com ela, do próprio Estado Novo.

É um património imenso – de ideias, de propostas, de vontades – que emprestaram dimensão e continuidade ao combate pela Liberdade, e legitimaram a construção da Democracia que a acção dos militares a 25 de Abril de 1974 tornou possível. Um património com uma pluralidade de origens e de protagonistas. Uma pluralidade rica e fecunda.

A importância do debate de ideias foi decisiva. Sem ele não teria sido possível compreendermos a verdadeira natureza do regime que a partir de 1926 tinha sido instaurado no nosso País. A importância das propostas foi igualmente decisiva. Elas permitiram congregar à volta da alternativa democrática um credível programa e um qualificado conjunto de quadros técnicos e políticos. A importância das vontades foi também decisiva, pois foi na convergência dos empenhamentos dos diversos grupos e personalidades que o combate democrático adquiriu força e eficácia.

O 25 de Abril é uma fronteira entre a Liberdade e a Opressão. Para aqueles que o viveram foi provavelmente o acontecimento mais marcante das suas vidas. Creio que ficará também como o acontecimento mais marcante do Portugal do século XX.

O 25 de Abril inaugurou um ciclo de mudanças profundas, de que resultou a implantação da Democracia no nosso País.

A primeira mudança foi fundamental: o 25 de Abril permitiu pôr termo à guerra colonial e ao ciclo do império. Não foi aliás pequeno mérito do Congresso de 1973, que aqui comemoramos, o de ter estabelecido com clareza essa articulação entre Liberdade e Descolonização.

Toda uma geração foi tocada directa ou indirectamente pela questão colonial, na qual se jogou o destino do "marcelismo" e do Estado Novo. A guerra acabou por sincronizar todos os descontentamentos, mobilizando contra o colonialismo uma vastíssima coligação de forças em Portugal, em África, na Europa, no Mundo.

O regime democrático, corporizado no texto constitucional aprovado em 1976, mostrou uma vitalidade sem precedentes. Assegurou o funcionamento de novas instituições, nomeadamente de um poder político eleito a todos os níveis, normalizou as relações cívico-militares, garantiu o laicismo do Estado, gerou os consensos necessários a grandes reformas legislativas e administrativas, e contribuiu para uma nova projecção externa do País.

A vitalidade do regime democrático tornou possível uma relação tranquila com o passado. O debate sobre a natureza do corporativismo autoritário em Portugal, por exemplo, é hoje um tema da história e das ciências sociais. Afastámos do nosso horizonte político as preocupações com qualquer tipo de ajuste de contas com o regime do Estado Novo.

A minha convicção é que para a solidez do regime democrático, que edificámos a partir de Abril, um dos mais importantes contributos veio precisamente da diversidade e da continuidade das formas de combate contra a opressão, acumuladas anteriormente.



O Presidente da República coloca as insígnias da Ordem da Liberdade na bandeira de Aveiro

Essa experiência de gerações conferiu-nos uma dignidade e um orgulho preciosos. A dignidade e o orgulho dos povos que nunca se vergaram à tese segundo a qual um país pobre e periférico estaria condenado à ditadura.

Ora, a nova república que erguemos procurou aliar um projecto de conquista da liberdade com um projecto de desenvolvimento do país e de abertura ao Mundo, principalmente à Europa. Apesar das dificuldades, esse tem sido o grande caminho que os resistentes dos anos 30 a 70 sonharam e em que os construtores da democracia das décadas seguintes se têm empenhado. O fim da guerra colonial permitiu-nos não só a democratização do país, como lançar as bases de um relacionamento fraterno e responsável com a África e o Mundo de língua portuguesa. Permitiu-nos ainda retomar as relações com a Europa, segundo um modelo de cooperação e de solidariedade entre nações.

A nova república portuguesa tem hoje o seu destino ligado a esse espaço, entendido como um espaço onde se aprofunda não apenas a liberdade como a igualdade de oportunidades, tanto os direitos humanos como a promoção económica e cultural das sociedades.

É certamente um destino exigente, que nos obriga a uma permanente ampliação da nossa cidadania e a

uma permanente valorização das nossas capacidades e recursos. Mas é o único que vale a pena e é digno do legado combativo das gerações que nos precederam.

Aveirenses,

Não quis deixar passar esta data sem assinalar de uma forma simbólica o papel da cidade Aveiro como pátria de liberdade. Os Congressos aqui realizados testemunham esse aspecto que sem dúvida identifica uma comunidade, as suas instituições e as suas gentes. Um olhar pelo passado de Aveiro revela outros exemplos de amor à liberdade e de capacidade de sacrifício, em nome dos valores que lhe estão associados. A rebeldia aveirense marcou por diversas vezes a história contemporânea de Portugal.

Em homenagem e reconhecimento a esse apego de Aveiro à Liberdade, expresso na palavra e em atitudes dos seus filhos, decidi atribuir à cidade, através do seu município, o grau de membro honorário da Ordem da Liberdade.

Aveiro, 4 de Abril de 1998.



bibRIA

NOTA FINAL

○ *Boletim Municipal de Aveiro*, que a Autarquia vem editando desde 1983, aparece, neste número, com um título algo diferente e com um aspecto mais moderno e mais atraente. Como o leitor naturalmente advertiu, passou a denominar-se BOLETIM MUNICIPAL DE CULTURA.

Entendemos que este *Boletim* deve reger-se por uma orientação que vise nomeadamente assuntos e acontecimentos de índole cultural. Para a divulgação noticiosa de outros eventos de interesse para os aveirenses, a Câmara Municipal dará à estampa outra publicação, com o título AVEIRO-REVISTA.

A REDACÇÃO